

Série de
Webinars do
Pacto Global:
**OS ODS E A
COVID-19**



RESUMO EXECUTIVO



Não é à toa que o secretário-geral da ONU, **António Guterres**, identificou a COVID-19 como “o maior teste que enfrentamos juntos desde a formação das Nações Unidas”. Para enfrentar, é preciso compreender, dialogar, colaborar e agir. Os webinars promovidos pela Rede Brasil do Pacto Global têm o objetivo promover um debate amplo sobre os impactos e desafios que a pandemia trouxe para o mundo.

Eles buscam alavancar o conhecimento sobre as questões sociais e ambientais para fortalecer sua governança e buscar por um futuro mais justo e sustentável. Os debates buscam alternativas para apoiar a colaboração, o trabalho em rede, a educação, a liderança e a inovação.

Assim, trazem junto setor empresarial, representantes governamentais, da sociedade civil e das instituições de ensino para discutir como é possível construir economias mais inclusivas e uma sociedade mais justa durante e após a pandemia.

O RELATÓRIO

Por meio de uma parceria entre a Rede Brasil do Pacto Global, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade do Campus Ribeirão Preto e da escola do Campus São Paulo, ambas integrantes da Universidade de São Paulo (USP), este relatório traz um resumo dos principais pontos discutidos nos primeiros X webinar realizados pelo Pacto Global.

Cada um dos relatos apresenta os seguintes: destaques, o problema, os impactos nos ODS, o papel exercido pelas empresas, desafios e soluções. O nome dos palestrantes e link para acesso ao conteúdo original também está disponível.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Adriana Cristina Ferreira Caldana,
Docente (FEA-RP/USP)

Flavio Hourneaux Junior, Docente (FEA/USP)

Gabriela Rozman, Gerente de Conhecimento
(Rede Brasil do Pacto Global)

EQUIPE

Adriana Fiorani Pennabel,
Doutoranda (FEA-RP/USP)

Alan Bittar Prado, Mestre
(Brussels School of Competition)

André Cavalcante da Silva Batalhão,
Pós doutorando (FEA-RP/USP)

Bárbara Alexandre Lespinassi Sampaio,
Doutoranda (FEA-RP/USP)

Caroline Krüger, Doutora (FEA-RP/USP)

Cristiana Lara Cunha, Doutoranda (FEA/USP)

Flavio Pinheiro Martins, Mestrando (FEA-RP/USP)

João Henrique Paulino Pires Eustachio,
doutorando (FEA-RP/USP)

Júlio César Borges, doutorando (FEA-RP/USP)

Lara Bartocci Liboni, docente (FEA-RP/USP)

Luciana Oranges Cezarino, docente (UFU)

Maria Luiza Gianotto,
administradora (FEA-RP/USP)

Marlon Alves Fernandes Rodrigues,
doutor (FEA-RP/USP)

Nayele Macini, doutoranda (FEA-RP/USP)

Nino Rafael Medeiros Krüger, doutorando
(Universidade Católica de Pelotas - UCPEL)

Patrícia Fernanda Dionízio Leite,
mestranda (FEA/USP)



SUMÁRIO

- 1** LIDERANÇA COM IMPACTO E O ENFRENTAMENTO DA COVID-19
- 2** COVID-19 E CORRUPÇÃO: RISCOS PARA O SETOR DE SAÚDE E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
- 3** COVID-19 E AGRICULTURA: IMPACTOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS
- 4** COVID-19 E CLIMA: COMO ESTÃO CONECTADOS
- 5** RECURSOS HÍDRICOS E A COVID-19 NO ESTADO DE SÃO PAULO
- 6** COVID-19 E SEUS IMPACTOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO
- 7** COVID-19 E ODS 6: A IMPORTÂNCIA DO SANEAMENTO BÁSICO PARA O COMBATE À COVID-19
- 8** COMO AS EMPRESAS ESTÃO ENFRENTANDO A PANDEMIA – SONDAÇÃO ONLINE REALIZADA EM PARCERIA COM A EDELMAN
- 9** REPUTAÇÃO DAS EMPRESAS EM TEMPOS DE COVID-19
- 10** IMPORTÂNCIA DA DEVIDA DILIGÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS E OS DESAFIOS DURANTE A EPIDEMIA
- 11** COVID-19 E CLIMA: COMO A PANDEMIA TEM ALTERADO OS PADRÕES DE EMISSÃO?
- 12** UMA SAÍDA VERDE E INCLUSIVA PARA A CRISE ECONÔMICA DO CORONAVÍRUS
- 13** COVID-19 E CORRUPÇÃO: DESAFIOS PARA AS EMPRESAS E SUAS ÁREAS DE INTEGRIDADE
- 14** PANDEMIA, ODS E IMPACTOS PARA O SETOR EMPRESARIAL
- 15** BIG PUSH PARA SUSTENTABILIDADE: INVESTIMENTOS TRANSFORMADORES PARA UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL NO BRASIL
- 16** CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 Liderança com impacto e o enfrentamento da COVID-19

MARLON ALVES FERNANDES RODRIGUES E JOÃO EUSTACHIO

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=juNjMxtL8OM&t=2s>



PARTICIPANTES

Eduardo Fischer – CEO da MRV

Guilherme Weege – CEO da Malwee

Viviane Martins – CEO da Falconi

Marcos Matias – CEO da Schneider

DESTAQUES

Planejamento - a estratégia de enfrentamento tem dois estágios: sobrevivência e retomada

Coletividade: ações são potencializadas quando articuladas sob a perspectiva de rede

Especialização: cada empresa tem ativos diferentes para contribuir com a sociedade

PROBLEMA

As empresas são impactadas de forma direta pelos reflexos da economia do país. Com a pandemia da COVID-19 ganhando cada vez mais força, a demanda produtiva de várias indústrias foi drasticamente reduzida, o que reduz sua capacidade de sobreviver no longo prazo e, conseqüentemente, compromete a manutenção dos empregos gerados. Outro aspecto importante nesse sentido é que as restrições necessárias para conter o coronavírus restringe as operações das empresas, limitando sua capacidade de atendimento. Além de manter a saúde física dos colaboradores preservada, o impacto emocional também reduz a produtividade

IMPACTO NOS ODS



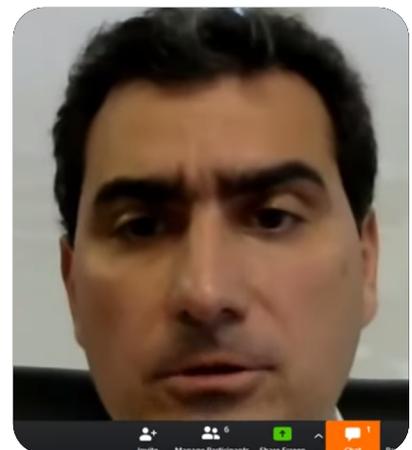
ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável - o distanciamento social e a redução da atividade econômica ameaçam a segurança alimentar das pessoas mais vulneráveis - em especial, das crianças.



ODS 7 - Energia Limpa e Acessível - acesso à energia é essencial para hospitais que tratam pessoas acometidas pela COVID-19 e que não podem respirar sem o auxílio de aparelhos.



ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura - desenvolvimento de tecnologias para testes de diagnóstico e aparelhos de tratamento pode acelerar e baratear o controle da doença.



PAPEL CORPORATIVO

O papel das companhias ao enfrentar a COVID-19 tem sido orientado por alguns nortes estratégicos. Em primeiro lugar, considera que sua principal contribuição para a sociedade é sua própria existência. Com isso, sua missão primordial nesse momento é garantir a perenidade do negócio. Em segundo lugar, uma companhia não funciona sem pessoas e, por isso, é fundamental que ela encontre alternativas para manter todos os empregos e a cadeia – ou seja, o ativo pessoas deve ser a última linha a ser considerada corte de custos neste momento. Além do risco econômico, é preciso cuidar da saúde física e mental dos colaboradores, oferecendo informação, equipamentos de segurança e mecanismos de apoio psicológico adequadamente, sem custos adicionais. No entanto, é preciso considerar que há outros públicos fora da empresa que também são focos de atenção: clientes, consumidores, colaboradores de empresas parceiras e a sociedade em geral.

A partir desses dois nortes básicos, a estratégia de enfrentamento da pandemia conta com dois estágios: a sobrevivência e a retomada. Para a sobrevivência, é fundamental adotar maior proximidade e transparência das atividades da empresa – isso eleva a confiança tanto de colaboradores como de parceiros, além de reduzir a chance de ruídos na comunicação interferirem nesse processo. Ainda dentro desse estágio, simular situações ajuda a identificar em quais cenários a empresa se tornaria mais vulnerável, além de estabelecer caminhos sobre como ela pode se proteger. Nesse sentido, as pequenas e médias empresas, por exemplo, tendem a estar mais expostas à falta de crédito.

Já para a retomada é crucial analisar as atividades da empresa sob dois pontos de vista: limiar – aquilo que é essencial para essa volta e que precisa ser mantida - ou incremental – que envolve atividades com menor importância no momento e que pode ser eliminada temporariamente.

A partir deste ponto, o impacto das empresas na sociedade é potencializado pela ação coletiva, ou seja, inclui desde iniciativas para cobrar ações de líderes políticos, quanto criar ações em conjunto com o setor.

Internamente, os problemas de uma empresa são particulares e de acordo com cada realidade. No entanto, o mesmo não acontece em relação à sociedade, na qual a troca de conhecimento é benéfica. Como exemplo, companhias podem transferir informação entre unidades diferentes ou conectar empresa que ainda não se conhecem, mas são complementares.

DESAFIOS

Um dos grandes desafios é gerenciar um negócio em um ambiente dominado pela incerteza. Repentinamente, as empresas tiveram que interromper projetos em andamento e, em um curto espaço de tempo, refazer seu planejamento do ano todo, incluindo a criação de novos projetos alinhados à nova realidade. Isso se torna ainda mais árduo, pois é preciso repensar todas as estratégias sem contar com uma base histórica como referência. Ou seja, o ciclo da inovação não irá parar: será preciso fazer isso diariamente no curto prazo, sem perder de vista de que esse cenário de pandemia é passageiro e, no longo prazo, será preciso ter uma nova estratégia desenhada.

SOLUÇÕES

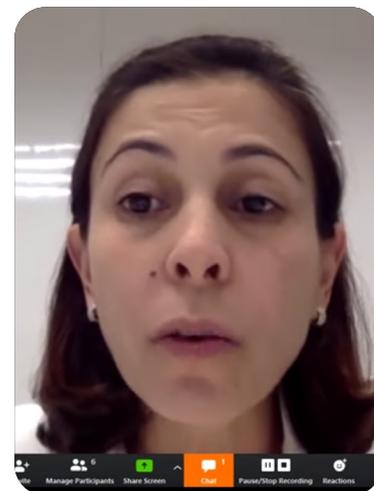
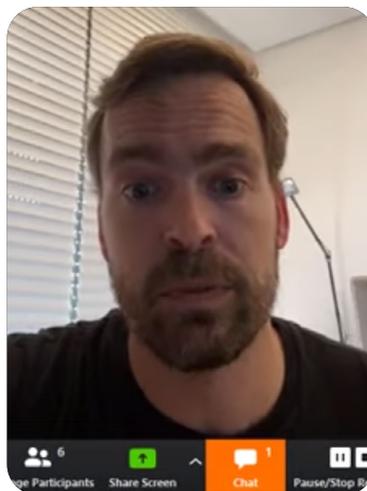
Cada empresa atua em um setor específico e, por isso, precisa avaliar os recursos úteis que pode oferecer nesse momento. Além de doações em espécie, as companhias encontram outros caminhos para disponibilizar ajuda para a sociedade.

Exemplos:

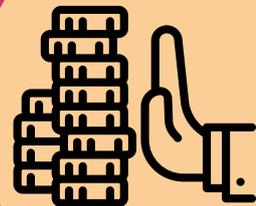
A Schneider, especializada em softwares e aplicações para redes elétricas inteligentes, tem oferecido nobreaks para hospitais e criado parcerias para estimular o desenvolvimento tecnológico com empresas e centros de pesquisa;

A indústria têxtil Malwee está mapeando demandas para oferecer produtos como jalecos e máscaras, itens que estão em falta no mercado;

A consultoria Falconi se dedicou à produção de conteúdo, como vídeos, relatórios e um curso sobre como lidar com a COVID-19.



2 COVID-19 e corrupção: riscos para setor de saúde e contratações públicas



ALAN BITTAR PRADO
BÁRBARA ALEXANDRE LESPINASSI SAMPAIO
FLAVIO PINHEIRO MARTINS

Link para o webinar <https://youtu.be/dA1qsqXjao>

PARTICIPANTES

Vídeo enviado por Nikos Passas – Professor (Northeastern University School of Criminology and Criminal Justice e Co-chair do Steering Committee da University of Geneva Anti-corruption Academy)

Eduardo Pazinato – Analista (Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC))

DESTAQUES

Coronavírus é um inimigo que precisa ser combatido coletivamente: setor público, empresas e sociedade civil precisam unir esforços em torno de uma agenda comum.

Corrupção em escala A pandemia aumentou, em escala global, os riscos de corrupção envolvendo contratações públicas.

Momentos de crise em geral demandam a implementação de protocolos mais simples para que o atendimento das necessidades seja ágil.

Existe um falso paradoxo entre eficiência nas contratações públicas e combate à corrupção. No cenário de pandemia, a transparência e o controle podem ser simplificados, mas nunca deixados de lado.

O setor de saúde é o protagonista do combate à COVID-19.

PROBLEMA

Momentos de crise como o atual trazem à tona um desafio nas empresas: como manter sistemas, procedimentos e estruturas de controle funcionando em meio a um cenário no qual a prioridade é preservar vidas? Um dos principais problemas que surge nesse ambiente é a ocorrência de vulnerabilidade em processos de contratações emergenciais – como, por exemplo, a dispensa de licitação. O cenário atual de pandemia coloca as empresas e instituições em meio à um ambiente de pressão para solucionar problemas que resultariam na perda de vidas e preservar a ética da administração e dos negócios responsáveis.

IMPACTO NOS ODS



ODS 3 e 16

O ponto principal são os ODS 3 e ODS 16, que abordam temas ligados à saúde e bem-estar, e paz, justiça e instituições eficazes, respectivamente, e o tema da discussão, que está ligado ao fortalecimento das instituições, promoção da transparência e ao combate à corrupção.

No entanto, as compras públicas movimentam quantias consideráveis do Produto Interno Bruto (PIB), o que dá a elas um alto poder de alavancagem no desenvolvimento socioeconômico e na garantia de direitos coletivos, como, por exemplo, a proteção do meio ambiente. Além disso, elas podem desempenhar um importante papel para obter as metas da Agenda 2030.

PAPEL CORPORATIVO

No momento pós-crise, as lideranças das empresas serão analisadas pela forma como conduziram a crise e como protegeram os interesses não somente dos shareholders, mas também de todos os stakeholders: empregados, concorrência, clientes e sociedade. Em cenários como o atual é fundamental que as operações e os planos de contingenciamento sejam adequados com base em uma situação inédita, nunca vivenciada no país. A união entre saúde, poder público e empresas privadas é complexa e muitas vezes conflitante.

Enquanto a área de saúde se baseia em valores éticos ligados a garantir a vida e a integridade das pessoas, as organizações do setor privado têm que operar para garantir os interesses de seus investidores e cumprir sua função social. Da mesma maneira que para limitar o avanço do vírus e preparar os cuidados com a saúde no mundo corporativo, também são necessárias medidas de prevenção que permitem às companhias interagirem de maneira mais eficiente em ambientes de pressões institucionais.

Empresas com estrutura de governança, planos de contingência elaborados, gestão de risco e comunicação organizacional estão mais propensas a atuar com menos dificuldades em ambientes de crise. Para isso, utilizam-se da resiliência organizacional para gerar valor futuro, criando um capital intangível.

Empresas capazes de conduzir licitações para venda de itens de saúde em um momento de pandemia, com transparência e integridade nas contratações, sairão da crise com um conhecimento estratégico que beneficiará suas operações quando o cenário retornar à normalidade.

É importante que as organizações aproveitem esse momento e acumulem conhecimento para enfrentar situações extremas, como outras pandemias e crises globais.

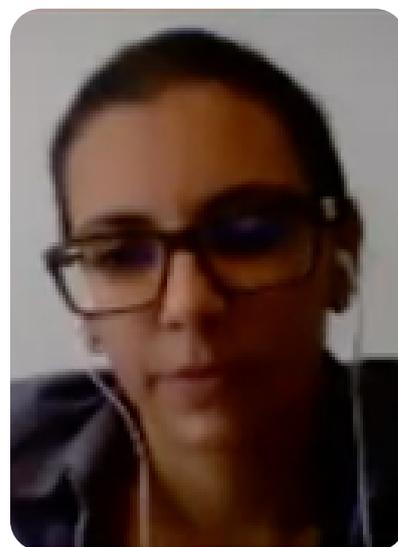
DESAFIOS

Um dos principais é desfazer o antagonismo que existe entre eficiência e transparência nas contratações públicas. A necessidade de “uma graxa para lubrificar as engrenagens da máquina pública” não tem mais espaço em uma sociedade que não aceita mais desvios de conduta ética nas organizações privadas.

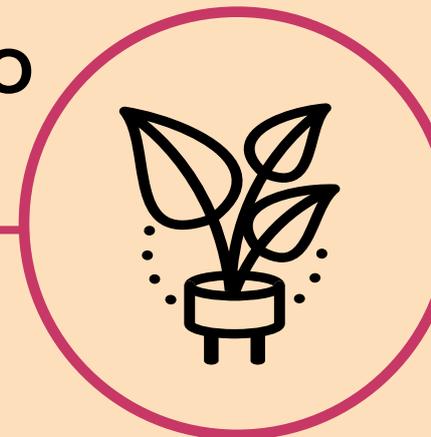
Momentos de crise demandam um mapeamento em tempo real dos riscos inerentes à corrupção, promovendo a apuração dos fatos sem que isso cause atrasos.

SOLUÇÕES

- Atualizar a matriz de riscos da empresa, que nesse momento opera em isolamento social e com várias áreas com posição estratégica alterada, como é o caso de Recursos Humanos, TI, entre outras;
- Adoção de códigos de ética e de conduta, e a presença de especialistas em compliance e transparência nos comitês de crise; práticas fundamentais para o fomento da transparência e do controle.
- O cumprimento de mecanismos contratuais e flexibilizações justificadas criam cadeias de valor éticas e reforçam o fortalecimento da empresa perante aos seus stakeholders.



3 COVID-19 e agricultura: impactos na produção agrícola e distribuição de alimentos



MARIA LUIZA GIANOTTO

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=npVyMQgxZrs>

PARTICIPANTES

Marcos Jank

Professor e pesquisador sênior (Insper)

Professor titular da Cátedra Luiz de Queiroz de Sistemas Agropecuários Integrados (Esalq-USP)

Membro do Conselho de Curadores (International Food Policy Research Institute (IFPRI))

Membro do Conselho de Diretores (Rumo S.A.)

CEO (Asia-Brazil Agro Alliance)

DESTAQUES

Novo paradigma 3S: Saúde, Sanidade e Sustentabilidade;

COVID-19 como a terceira grande ruptura moderna e a agenda de desafios sanitários, nutricionais, ambientais, geopolíticos e socioeconômicos do pós-pandemia;

A conciliação da segurança alimentar e da segurança do alimento como profilaxia para um mundo extremamente globalizado.

PROBLEMA

Segundo o palestrante, a pandemia da COVID-19 dará início à reorganização da sanidade humana e ambiental na cadeia de alimentos mundial. Daqui em diante, as discussões em torno da alimentação mundial devem contemplar não somente a segurança do alimento, mas também a segurança alimentar, incluindo toda a sua cadeia de produção – desde a compra de insumos, uso da terra até a distribuição e armazenamento da comida.

A pandemia foi um grande sinalizador de como a insalubridade da alimentação em países superpopulosos e em desenvolvimento – como é o caso da China – pode afetar diretamente um mundo tão globalizado.

IMPACTO NOS ODS



ODS 2 e 12

O palestrante abordou temas ligados à duas ODS: número 2 (fome zero e agricultura sustentável) e número 12 (produção e consumo responsáveis). Entre os diversos pontos abordados, como exemplo, estão a tendência ao consumo de alimentos mais baratos, com maior validade e duração – os enlatados e congelados – ao invés dos itens frescos e perecíveis, a fragilidade econômica dos pequenos agricultores, a má nutrição infantil devido à restrição das merendas escolares nos países pobres e em desenvolvimento, a necessidade de mudanças na cadeia alimentar no mundo, a linha fina existente entre o nacionalismo exacerbado e a continuidade da fluidez e escoamento da produção mundial de alimentos entre os países e, por fim, a urgente necessidade de aumentar a sanidade dos alimentos em todas as pontas da cadeia de produção e consumo.

Além disso, Jank comentou sobre os novos padrões de sanidade humana e animal e como podem ser gradualmente impactadas por meio de legislações mais incisivas, atenção ao consumo interno de alimentos e a promoção da conscientização de todos os agentes envolvidos na cadeia, incluindo os consumidores.

Por fim, a preocupação do palestrante em tratar sobre a fragilidade econômica dos pequenos agricultores é um ponto crucial para que o objetivo 2.3 da ODS 2 (“...dobrar a produtividade agrícola e renda de pequenos agricultores...”) se concretize.

Zelar para que as medidas que garantam o funcionamento adequado dos mercados de commodities e alimentos sejam cumpridas é uma das soluções para que o receio de Jank sobre estados nacionalistas não se torne realidade (ODS 2.b e 2.c).

A sua preocupação sobre a desnutrição infantil, por sua vez, é compartilhada nos objetivos 2.1 e 2.2, que visam acabar com a fome e todas as formas de desnutrição.

PAPEL CORPORATIVO

A pandemia trouxe à tona, dentre outros pontos, a importância da sanidade alimentar em um cenário tão globalizado como o atual. Nesse sentido, cabe às empresas de alimentos aumentar o nível de transparência dos produtos que elas comercializam: não somente sobre os ingredientes que compõem determinado alimento, mas sobre o processo produtivo e a origem destes ingredientes. Certificações e auditorias possuem um grande potencial de elevar os padrões de produção e operação das empresas e dos produtores de alimentos.

Outro ponto colocado por Jank foi o paradoxo entre o padrão de qualidade imposto à alimentos importados por alguns países e a liberalidade/baixa fiscalização com os alimentos produzidos e comercializados dentro das fronteiras. Tanto agentes culturais quanto agências sanitárias e governamentais podem atuar em conjunto na criação de soluções que viabilizem e disseminem um padrão de qualidade mínimo para comércios locais sem mexer com o fator cultural dos wet markets.

Já aos grandes agentes do mercado de alimentos, incluindo empresas químicas e indústrias, cabe o papel de disseminadores de conhecimento e facilitadores para pequenos e médios produtores. Com sua expertise, financiamento e networking, mais alimentos produzidos pelos pequenos poderão atingir os padrões mínimos de

qualidade exigidos, elevando a qualidade da alimentação de suas comunidades e reforçando ainda mais a função social que eles desempenham.

DESAFIOS

Um dos grandes riscos apontados por Jank foi relacionado à quebra das cadeias de fornecimento internacionais, a ameaça ao nacionalismo alimentar e ao controle rígido de fronteiras em favorecimento aos produtores locais. O palestrante complementou ainda enfatizando o risco de restrição a exportações, formação de estoques domésticos, controle de preços e racionamento, principalmente nos países sul-asiáticos. A fome e a má nutrição infantil em países pobres devido à falta de merenda escolar também entram nessa categoria.

A transformação da pandemia da COVID-19 em uma crise de segurança alimentar coloca à frente vários desafios, de acordo com Jank, como a diminuição da comercialização e abate de animais vivos em mercados, mudanças nos padrões sanitários e falta de refrigeração na cadeia de países pobres e em desenvolvimento, a erradicação da caça e do comércio ilegal de animais silvestres, além da falta de uma força global que reforce a aplicação das legislações sanitárias modernas dentro e fora das fronteiras.

SOLUÇÕES

Dentre as soluções propostas pelo palestrante para mitigar uma possível crise global de segurança alimentar estão:

- Monitoramento dos mercados e dos preços;
- Disseminação de informações e conscientização da população tanto sobre a caça e consumo de animais silvestres quanto sobre os wet markets e o armazenamento de alimentos;
- Manutenção da fluidez e da abertura dos mercados para transações internacionais;
- Apoio aos pequenos agricultores;
- Manutenção da merenda como parte fundamental da nutrição infantil;
- Canal verde para produtos perecíveis, como carnes, hortifrúti e lácteos.

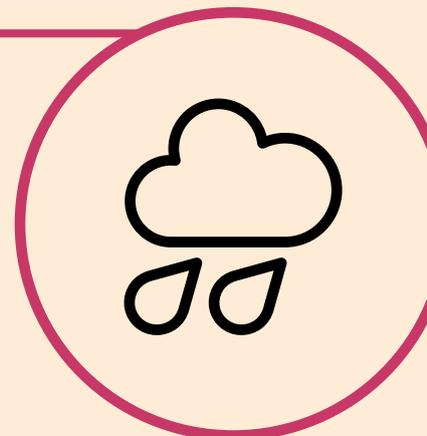
Em relação ao Brasil, Jank pontuou que é recomendável que o país reforce, diante do mundo, o seu papel histórico para assegurar o abastecimento global, sendo protagonista nesse momento difícil.

O especialista sugeriu também que o país assuma a liderança na discussão sobre os sistemas de vigilância e controle de doenças e zoonoses dos países, com a divulgação e conscientização sobre as consequências sobre o consumo de animais silvestres e seu tráfico, além de investir na cadeia de produtos congelados e no controle de qualidade de produtos perecíveis.

4 COVID-19 e clima: como estão conectados

JOÃO HENRIQUE PAULINO PIRES EUSTACHIO
ADRIANA CRISTINA FERREIRA CALDANA

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=vNJvvdxbELc>



PARTICIPANTES

Carlos Nobre

*Pesquisador sênior (Instituto de Estudos Avançados da USP)
Coordenador Científico (Instituto de Estudos Climáticos (UFES))
Presidente (Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas)*

Rodolfo Sirol

(CPFL e Rede Brasil do Pacto Global)

Elisa Badziack

(Rede Brasil do Pacto Global)

Luiz Carlos Xavier

(Braskem e Rede Brasil do Pacto Global)

DESTAQUES

Queda notável nas emissões de dióxido de carbono na China e em outros países devido à pandemia;

Discussão sobre como a crise climática se relaciona com a pandemia;

Relação sistêmica entre desmatamento, mudança climática e a pandemia da COVID-19.

PROBLEMA

O professor Carlos Nobre expõe como diversas questões climáticas podem impactar e serem impactadas pela pandemia da COVID-19. Ele fez uma reflexão sobre como o vírus pode responder às mudanças climáticas e enfatizou que ainda esse fato é considerado uma hipótese científica, sem dados comprovados.

Aspectos como queimadas, desmatamento, aumento das áreas urbanas, consumo de proteína animal – animais silvestres e de criação – podem abrir espaço para a chegada de novas epidemias e também prejudicar a população em situação vulnerável, elevando tanto os riscos da COVID-10 quanto aumentando a concorrência às UTIs. Além dessas questões, alguns efeitos positivos do isolamento social, como queda de acidentes de trânsito e redução da emissão de gases de efeito estufa, também foram explorados pelo palestrante.

IMPACTO NOS ODS

Considerando a relação entre a pandemia da COVID-19, a redução das emissões dos gases de efeito estufa e o clima, os seguintes ODS são importantes, uma vez que podem ser impactados pelas questões apresentadas pelo palestrante:



ODS 1 – Erradicação da pobreza: acabar com ela em todas as suas formas e lugares, sendo que a população mais pobre apresenta alto grau de vulnerabilidade em relação à COVID-19.



ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável: o consumo de carne de animais silvestres pode fazer com que apareçam novas epidemias. Em relação à agricultura sustentável, as queimadas e desmatamentos para a agricultura produção de carne bovina no Brasil podem não apenas aumentar a emissão de gases de efeito estufa, como também causar a invasão urbana da Amazônia, contribuindo para o aumento médio da temperatura e expondo a sociedade à animais silvestres que possam ser potenciais vetores de novas doenças.



ODS 3 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável para todos, uma vez que a pandemia pode afetar a população mais vulnerável, como

crianças e idosos. Além disso, caso ocorra um aumento da temperatura média em muitas regiões do Brasil, estas novas condições climáticas podem causar mortes, uma vez que o corpo humano não está acostumado com altas temperaturas ao longo do tempo. Esta questão pode concorrer com o número de casos registrados de COVID-19 frente à quantidade limitada de UTIs para tratamento da população.



ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, considerando que a alta atividade econômica das empresas pode ser um dos principais pontos para a emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para o aumento da temperatura terrestre.



ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: adotar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos, pois as alterações climáticas podem contribuir tanto para o aumento de doenças tropicais quanto para a condução da população a novos riscos e níveis de vulnerabilidade. Tais questões podem concorrer ou se intensificarem frente às necessidades de tratamento dos pacientes com COVID-19.



ODS 15 – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e a perda de biodiversidade. A preservação do ecossistema é fundamental para a inibição de doenças e epidemias que podem acontecer, devido à proximidade humana com animais silvestres que podem ser potenciais vetores. Outra relação é que quanto maior o desmatamento e destruição dos ecossistemas, maior serão as consequências para as questões climáticas e, conseqüentemente, para lidar com um possível surgimento de novas doenças e o impacto disso na população vulnerável.



ODS 17 – Parcerias e meios de implementação: fortalecer esses mecanismos e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, uma vez que, nesse contexto de pandemia, de acordo com o palestrante, os países devem enxergar oportunidades de reduzir a poluição e adotar a economia verde, tornando-se líderes influenciadores.

PAPEL CORPORATIVO

A função das empresas é fundamental neste momento de pandemia da COVID-19 e para o controle da mudança climática. Apesar da situação complicada e triste para a população, ela representa uma oportunidade para as companhias encontrarem alternativas para contribuir para uma sociedade mais sustentável.

De acordo com o professor Nobre, dois grandes blocos devem ditar essas mudanças: a Europa e a China. A primeira já está aproveitando o cenário atual para analisar as oportunidades sobre é possível migrar para uma economia verde. Em relação à China, há uma grande expectativa sobre como o país irá conduzir essas alterações em prol da

sustentabilidade tanto no momento presente quanto no pós-pandemia. Já no caso do Brasil, de acordo com o especialista, espera-se que a pandemia da COVID-19 mostre novos caminhos em relação à redução do desmatamento e queimadas na Amazônia, principalmente para as empresas ligadas à agricultura e pecuária extensiva.

Tais questões, além de contribuir para os sistemas terrestres, podem colaborar com a redução de outras pandemias, diminuir a emissão de gases de efeito estufa, auxiliando para a saúde da população mais vulnerável ao COVID-19.

Sobre as relações comerciais que alguns países mantêm com o Brasil, uma das estratégias que poderia incentivar as empresas a reduzirem o nível de aspectos negativos seria um processo de análise e importação de produtos que estiverem de acordo com os ODS.

DESAFIOS

Além dos desafios inerentes à situação que a pandemia de COVID-19 impõe à população, aproveitar este momento no qual as taxas de emissão de gases de efeito estufa estão baixas, baixo volume de carros nas estradas e taxas reduzidas de acidentes de trânsito, um dos mais delicados é fazer com que a sociedade e as empresas sigam esta tendência. E mais: dominar a expansão das fronteiras urbanas em direção à Amazônia é fundamental para evitar o aparecimento de novas pandemias, bem como controlar o aquecimento global e reduzir o volume de população vulnerável que pode, inclusive, entrar em contato com a COVID-19 e sofrer complicações mais graves.

SOLUÇÕES

Redução da interferência do ser humano no meio ambiente e nos diversos sistemas terrestres;

Mudança de hábito alimentar: sem o consumo de animais silvestres ou a redução do consumo de carne de animais criados é possível contribuir não apenas para a saúde da população, mas também para a diminuição dos gases do efeito estufa. Além disso, evitaria queimadas, invasão da Amazônia e o desmatamento.

5 Recursos hídricos e a COVID-19 no Estado de São Paulo

ANDRÉ CAVALCANTE DA SILVA BATALHÃO
FLAVIO PINHEIRO MARTINS E JÚLIO CÉSAR BORGES

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=FMvV3NarzhI&list=PL09iimVzm9SoGOv9VZ3A0hKb32qjFmod&index=7>



PARTICIPANTES

Benedito Braga – Diretor-Presidente (Sabesp)

Telma Rocha – Responsável regional do Programa de Acesso à Água e Gestora da Equipe de Cidades Sustentáveis (Fundação Avina)

Francisco Carlos Castro Lahóz – Secretário-Executivo (Consórcio PCJ)

DESTAQUES

Parcerias entre organizações públicas, privadas, governos e sociedade civil em ações para o fornecimento de água no combate à pandemia;

Atenção às comunidades vulneráveis aos efeitos econômicos e sanitários do isolamento social;

Planejamento para segurança hídrica;

Formação de pessoas e propagação de informação sobre ações de prevenção e contágio do vírus Sars-CoV-2.

PROBLEMA

O abastecimento de água e a coleta de esgoto são elementos essenciais no combate à pandemia do COVID-19. Fazer a higiene pessoal utilizando a água é a primeira medida de prevenção recomendada para evitar a contaminação pelo vírus, assim como o fornecimento regular de água nos domicílios é vital para que se mantenha o isolamento social e o tratamento adequado das pessoas infectadas.

A falta de água e saneamento básico afeta, de maneira mais significativa, as famílias mais carentes, o que pode agravar ainda mais a sua situação socioeconômica.

IMPACTO NOS ODS

São várias ODS envolvidas sequencialmente na questão dos recursos hídricos:



ODS 6 – Água potável e saneamento: depende de uma boa gestão dos recursos hídricos.



ODS 17 – Parcerias e meios de implementação: união entre governos, organizações representativas do setor, sociedade civil e articulações globais.



ODS 3 – Saúde e bem-estar: o oferecimento de água e saneamento são fundamentais para a saúde das pessoas.



ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: para disponibilizar esses recursos é preciso contar com a estrutura sustentável desses locais.



ODS 9 – Inovação e Infraestrutura: são cruciais para desenvolver meios de ofertar água e saneamento.



ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima: eventos externos são capazes de afetar a disponibilidade da água e a qualidade da estrutura de esgoto.



ODS 10 – Redução das desigualdades: distribuição desses recursos de forma igualitária para todos.



ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: conscientização sobre a redução do consumo de água e na produção de resíduos que são jogados nos esgotos.

E segue refletindo nas demais ODS:



ODS 14 – Vida na Água



ODS 15 - Vida Terrestre



ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

PAPEL CORPORATIVO

Empresas, governos, ONGs e sociedade civil estão somando esforços e articulando iniciativas no combate à pandemia do vírus Sars-CoV-2. Uma das companhias alinhadas com essa tarefa é a Sabesp, uma companhia pública de economia mista com uma participação expressiva do setor privado (49,7%) e 50,3% do Governo do Estado de São Paulo, listada B3 e na bolsa de Nova Iorque, e responsável por 30% do total de investimentos em saneamento no Brasil, segundo informações do Diretor-Presidente da empresa, Sr. Benedito Braga. No ano passado, foram investidos R\$ 5,1 bilhões em 373 municípios, de um total da receita da companhia de R\$ 18 bilhões.

A pandemia atingiu significativamente as famílias mais vulneráveis, seja pela precariedade habitacional ou pela redução de renda. Com isso, a Sabesp tem investido em ações de suporte para essas famílias carentes. Uma delas é a distribuição gratuita de 3,5 mil reservatórios de água, feita em parceria com empresas como Tigre, Amanco e Fortleve. Essa preocupação se deu pelo fato de que pode faltar água,

principalmente em regiões mais altas, por conta da despressurização induzida da rede, procedimento realizado no mundo todo. E ter o abastecimento contínuo de água é vital para o combate ao coronavírus.

Como medida de apoio, outra iniciativa da companhia de água é a oferta de gratuidade no fornecimento do insumo por três meses para as pessoas que estão incluídas no programa de tarifa social, além das residentes em comunidades. A Sabesp também interrompeu o “corte” do serviço por falta de pagamento nesses locais.

A Sabesp também tem trabalhado em parceria com as prefeituras e a empresa Unipar na limpeza das ruas, utilizando água com alta concentração de cloro, em regiões próximas a áreas de hospitais, AMAs, UPAs e UBSs. O objetivo dessa ação é reduzir a proliferação do vírus nas regiões desses estabelecimentos.

Outra ação adotada é a instalação de lavatórios, bebedouros e redes de esgoto em hospitais de campanha, além de bebedouros para a população de rua, para que eles possam melhorar suas condições de higiene pessoal e reduzir o risco de serem contaminadas pelo coronavírus.

Em parceria com o Banco Mundial, a Sabesp também instituiu há algum tempo o programa Água Legal para regularizar as ligações clandestinas de água nas comunidades carentes, onde há grande risco de contaminação, além de evitar o desperdício por vazamentos.

Outra organização engajada na questão da água é a Fundação Avina, entidade filantrópica que trabalha para o desenvolvimento sustentável na América Latina, incentivando alianças entre líderes sociais e empresariais. Ela lida com um cenário estimado de 219 milhões de pessoas, somente na América Latina, sem acesso à água segura, e 35 milhões sem água tratada no Brasil.

A fundação trabalha em parceria com empresas, governos e organizações comunitárias com o objetivo de levar água principalmente a comunidades carentes e rurais. Lidera uma rede de organizações parceiras que enviam ajudas materiais e informações para comunidades mais afastadas, principalmente nesse momento de pandemia. E soma-se às cerca de 145

mil organizações comunitárias de água que atuam em todo o continente sul-americano.

Outra organização de destaque nesse sentido é o Consórcio PCJ, composto por 76 municípios, organizações e empresas do entorno dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, região hidrográfica localizada no leste paulista. Com o termo “governança colaborativa da água”, propõe ações de planejamento de longo prazo, execução, monitoramento e preservação do insumo, para garantir resiliência e adaptação a cenários incertos.

Atualmente, o consórcio intensifica seus esforços para a distribuição regular da água em seus municípios. Além disso, disponibilizou cursos EAD gratuitos para a capacitação de trabalhadores e usuários dos serviços de água, e também de agências reguladoras.

DESAFIOS

O Brasil ainda demanda grandes investimentos públicos em todo o seu território para alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto, principalmente para as comunidades mais vulneráveis. São dois aspectos importantes para combater epidemias e preservar a vida das pessoas.

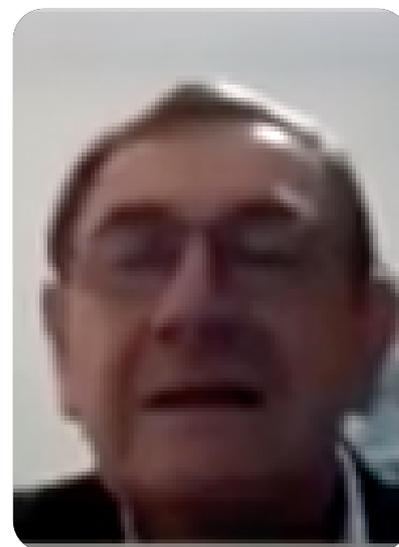
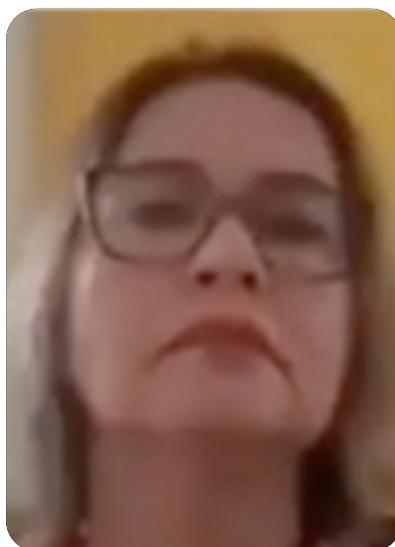
A eficiência e a qualidade na distribuição da água ainda são desafios importantes, longe de serem superados, assim como o planejamento, a resiliência e a segurança hídrica do sistema estão longe do cenário ideal.

A informação sobre o combate às epidemias com o uso da água ainda precisa alcançar as comunidades remotas. E o insumo precisa ser compreendido como um direito humano universal, um recurso finito e que está sendo extremamente afetado pelas mudanças climáticas.

SOLUÇÕES

- Suspensão da cobrança e do corte do fornecimento e a doação de reservatório para comunidades carentes;
- Oferecimento de estruturas para higienização e prevenção do contágio a moradores de rua;
- Redução da contaminação por patógenos na rede de água;
- Auxílio na construção dos hospitais de campanha;
- Higienização com cloro próximo a estabelecimentos de saúde;
- Envio de auxílio material e informações a comunidades remotas;
- Formação profissional qualificada de pessoas que atuam diretamente ligadas ao fornecimento da água.

O sucesso das ações deve-se principalmente à mobilização dos diversos setores - público e privados, governamentais e não governamentais, e sociedade civil - na busca pelo objetivo comum: o combate à pandemia da COVID-19.



6 COVID-19 e seus impactos sobre direitos humanos e trabalho

BÁRBARA ALEXANDRE LESPINASSI SAMPAIO
CRISTIANA LARA CUNHA

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=hlj6jm-KYkk>



PARTICIPANTES

Angela Terto – Oficial Nacional de Direitos Humanos (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH))

Denise Hills – Diretora Global de Sustentabilidade (Natura) e Vice-presidente do Conselho de Administração (Rede Brasil do Pacto Global)

José Ribeiro – Oficial Nacional e Coordenador da Área de Geração de Conhecimento para a Promoção do Trabalho Decente (Organização Nacional do Trabalho (OIT))

Laerte Szelwar – Psicanalista e professor (Escola Politécnica da USP)

DESTAQUES

As empresas devem adotar medidas específicas a fim de apoiar os colaboradores em situação de vulnerabilidade que correm o risco de serem afetados de maneira desproporcional pela crise do COVID-19;

Neste momento de crise é necessário refletir sobre a importância e os valores éticos do trabalho e sua dignificação para o ser humano. Para que o trabalho não se torne um dano existencial, mas sim algo que propicie às pessoas uma oportunidade de desenvolvimento;

Empresas precisam focar na promoção da saúde, segurança e conforto aos seus colaboradores, ressignificando o conceito sobre o que é trabalho, apoiando os colaboradores nas mudanças ocasionadas pela pandemia.

PROBLEMA

A pandemia trouxe novos problemas e intensificou ainda mais os já existentes. Estima-se que no Brasil existem 62 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade, ou seja, possuem acesso limitado ou quase nulo a necessidades básicas como saúde, alimentação e moradia, sem ventilação ou saneamento básico. Soma-se a isso ainda reflexos como a perda de renda, o desemprego, a falta de informação às camadas mais baixas da população, além das condições precárias de trabalho. Tudo isso gerou impactos econômicos, físicos e mentais nos trabalhadores.

As empresas desempenham um papel fundamental para ajudar a barrar o contágio da COVID-19, oferecendo alternativas como o trabalho remoto ou presencial com segurança, com a adoção de EPIs e produtos de higiene.

IMPACTO NOS ODS

Foram identificados quatro ODS:



ODS 3 - Saúde e Bem-Estar: há um forte impacto na saúde emocional dos colaboradores em tempos de crise. Por isso é necessário que as empresas tenham um cuidado redobrado com as condições de saúde e modo de vida deles.



ODS 5 - Igualdade de Gênero: com a pandemia, a violência doméstica aumentou significativamente. É fundamental orientar as mulheres a se protegerem de situações de abusos, além de garantir redes de apoio que as auxiliem nessas épocas.



ODS 10 - Redução das Desigualdades: o desemprego causado pela pandemia intensificou ainda mais a desigualdade social. Além disso, aumentou a vulnerabilidade dos trabalhadores das comunidades tradicionais, para os PCDs, pessoas transexuais, refugiados e para a população em situação de rua.



ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: trabalhadores informais estão sendo muito afetados pela pandemia. Dentre

estes, destaca-se a precariedade dos trabalhadores de plataformas digitais. É crucial também promover uma discussão sobre o impacto da crise em cenários mais sensíveis, como o trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão e o trabalho precário dos migrantes.

PAPEL CORPORATIVO

As empresas de todos os portes – micro, pequena, grande ou média – têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos, independente da obrigação e da capacidade dos Estados de respeitar, proteger e promovê-los.

Principalmente em situações de pandemia, as companhias estatais devem liderar pelo exemplo, seguindo inclusive processos de diligência sobre como abordar os impactos nos direitos humanos de suas operações e negócios. É um compromisso que deve partir da alta liderança, de forma expressa e ampla, para que não haja dúvidas sobre o compromisso da empresa com os direitos humanos. Em se tratando da COVID-19 é preciso adotar medidas mínimas, como o distanciamento social, diversos esforços para manter em equilíbrio a qualidade de vida do colaborador, além de contribuir para minimizar todos os efeitos negativos que essa situação pode gerar.

As corporações devem, em primeiro lugar, realizar um diagnóstico preciso de suas operações e seus impactos nos direitos humanos, avaliando seus riscos reais e potenciais, e considerando sua cadeia de valor e parceiros comerciais. Além disso, integrar as conclusões obtidas sobre os impactos negativos associados à pandemia em suas atividades e monitorar as ações implementadas.

Outro aspecto importante é estabelecer e comunicar, interna e externamente, um plano de contingência que explique as medidas que estão sendo tomada pela companhia frente às consequências de suas atividades. Isso inclui ações de prevenção ao contágio e garantia de atenção à saúde de todos os seus trabalhadores, assim como dos membros da comunidade afetada por ela.

Algumas medidas devem ser adotadas junto aos colaboradores, como a disseminação da informação, reorganização dos espaços físicos, ações de desinfecção, adoção de equipamentos de proteção e do teletrabalho. Ou promover o trabalho presencial seguro, com o uso de EPIs e itens básicos de higiene para prevenção, além da promoção de turnos de revezamento.

Indo além, devem ser adotadas medidas específicas voltada para as questões de gênero, levando em conta, por exemplo, os efeitos desproporcionais da crise nas mulheres. Já em relação à comunidade, as empresas devem restringir ao máximo o acesso de seus trabalhadores a territórios étnicos, como por exemplo, as aldeias indígenas, respeitando seu isolamento voluntário.

É preciso manter a união, o trabalho coletivo coordenado e em conjunto das empresas para resolver questões relevantes neste cenário da pandemia. Além disso, ter a consciência da chegada do novo normal e dos novos padrões de consumo.

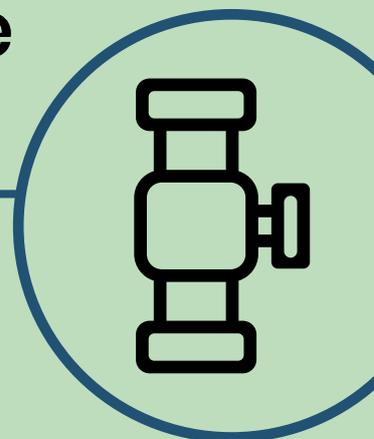
DESAFIOS

- Reduzir a retração econômica e o aumento do desemprego;
- Prorrogar prazos, metas, indicadores e processos;
- Repensar os pagamentos para colaboradores que estejam em situação de vulnerabilidade;
- Priorizar as condições dos trabalhadores informais, já que tiveram sua renda amplamente afetada pela pandemia;
- Avaliar o impacto da pandemia na cadeia de fornecedores.

SOLUÇÕES

- Criação de fundos de apoio para os colaboradores, principalmente em relação às questões de violência doméstica, fortalecendo uma rede de segurança para pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Firmar um compromisso de garantia de renda para os colaboradores diretos, indiretos ou informais, baseando-se em sua média de renda obtida nos anos anteriores;
- Estender à cadeia de fornecedores o mesmo apoio dado aos colaboradores internos;
- Assegurar as alternativas de denúncia também durante a pandemia, atendendo às necessidades de legitimidade, acessibilidade, previsibilidade, transparência e igualdade.

7 COVID-19 e ODS 6: a importância do saneamento básico para o combate ao coronavírus



ANDRÉ CAVALCANTE DA SILVA BATALHÃO
FLAVIO PINHEIRO MARTINS E JÚLIO CÉSAR BORGES

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=25E-IDcOmRA&list=PL09iimVzm9SoGOv9VZ3A0hKb32qjFmod&index=9>

PARTICIPANTES

Édison Carlos – Presidente Executivo
(Instituto Trata Brasil)

Prof. Dra. Ana Freitas Ribeiro – Médica
Sanitarista e Epidemiologista (Instituto
de Infectologia Emílio Ribas)

Renata Ruggiero Moraes – Diretora-
Presidente (Instituto Iguá de
Sustentabilidade)

Rodolfo Sirol – Diretor de Meio Ambiente
e Sustentabilidade (CPFL Energia) e
Presidente do Conselho de Administração
(Rede Brasil do Pacto Global)

Marina de Castro Rodrigues –
Coodenadora de Responsabilidade
Social Corporativa (Aegea Saneamento)

DESTAQUES

Como adotar medidas profiláticas para lavagem de mãos em país no qual 35 milhões de pessoas não possuem acesso à água tratada?

Situações de crise evidenciam fragilidades latentes no aspecto social: o saneamento é uma dessas dimensões no contexto nacional;

Alinhamento de agendas individuais de diversos atores do setor em prol da universalização do saneamento;

A dimensão dos investimentos necessários torna a universalização um grande desafio para o setor, bem como para garantir a cidadania da população e o avanço da sustentabilidade no país;

A atenção ao momento emergencial permitirá o aproveitamento dos esforços despedidos agora para a estruturação do saneamento nacional.

PROBLEMA

A pandemia é um cenário global que atinge com mais força alguns aspectos nos quais as questões socioeconômicas e ambientais se mostram mais vulneráveis. No Brasil, um deles é o saneamento básico. No país, 40% da população não tem acesso à água potável, 47% não conta com coleta de esgoto e 48% do esgoto coletado é destinado diretamente para a natureza, sem qualquer tipo de tratamento.

Com um país marcado pelas desigualdades nesse quesito da coleta do esgoto – vai de 10% na região Norte

a 79% na região Sudeste – a COVID-19 traz um grande desafio: enfrentar uma pandemia, ao mesmo tempo solucionando os problemas estruturais de saneamento em um momento no qual o sistema de saúde está sobrecarregado.

IMPACTO NOS ODS

No Brasil, há uma peculiaridade importante: o saneamento está diretamente ligado às políticas públicas de saúde. Estima-se que para cada R\$1,00 investido em saneamento, é possível economizar R\$4,00 em saúde, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

As doenças relacionadas à falta de água tratada e sistemas de esgoto adequados são responsáveis por milhares de afastamentos laborais todos os anos no Brasil, impactando

diretamente a capacidade produtiva das empresas e os sistemas de saúde. Melhorias no saneamento podem gerar uma economia na ordem de bilhões de reais para os cofres públicos. De acordo com a OMS, para cada dólar investido em água e saneamento, economiza-se US\$ 4,3 em saúde global.

A relação entre saneamento e pobreza é intrínseca. Nas comunidades, a população que não tem acesso aos serviços básicos de saneamento é mais vulnerável às doenças que são trazidas pela água contaminada. Os indicadores de pobreza estão relacionados aos de saúde, como também aos de mortalidade infantil.

A desigualdade também se faz presente em outras dimensões: a falta de saneamento atinge a todos, no entanto, as mulheres sofrem um impacto diferenciado: cerca de 1,5 milhão de pessoas do sexo feminino ainda não tem banheiro em casa. Desse montante, 630 mil saíam da pobreza com a universalização do saneamento.

Essas constatações apontam a relação do saneamento com as seguintes ODS:



ODS 1 – Erradicação da Pobreza



ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável



ODS 3 – Saúde e Bem-Estar



ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico



ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis



ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis



ODS 14 – Vida na Água



ODS 15 – Vida Terrestre

O cumprimento das metas do ODS 6 – Água Potável e Saneamento - pode gerar impactos positivos no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

PAPEL CORPORATIVO

Para tornar o saneamento algo universal no Brasil, estima-se um investimento de R\$ 270 bilhões, segundo dados do estudo Panorama da participação privada no saneamento, publicado no ano passado. Porém, para isso acontecer é preciso um envolvimento de todas as partes interessadas: governo, empresas e sociedade civil.

As corporações devem assumir o papel de articuladoras no cenário de negociação que envolve um alinhamento entre demandas individuais, por vezes conflitantes, em prol de um bem comum.

As operadoras de saneamento devem incorporar a noção de que o setor é especialmente estratégico para a prática do business “NOT as usual”, e que os ganhos com legitimação e aumento de valor são significativos e compensatórios.

O serviço de saneamento é um direito universal e pilar central para a saúde de milhares de brasileiros: um divisor de águas entre países desenvolvidos e experiências civilizatórias incompletas. Sendo assim, os investimentos, ainda que se situem “embaixo da terra” devem ser feitos o quanto antes para a preservação de vidas, isso reflete não somente no atendimento das exigências legais, mas também para comunicar à sociedade de que a empresa está cumprindo seu papel ao “fazer a coisa certa”.

O aumento do engajamento das partes interessadas - usuários, governos, ONGs, centros de pesquisa e universidade - pode potencializar o alcance universal de água potável, saneamento e higiene de maneira adequada para aqueles que ainda se encontram em situação de vulnerabilidade.

Entre as maiores contribuições que o setor empresarial pode fornecer para a pauta estão:

- Ser um agente articulador do debate sobre o tema, trazendo para a mesa de tomada de decisão todas as partes interessadas;
- Articular alternativas de financiamento para captação de investimentos e execução dos projetos necessários com parcerias e consórcios;

- Combater a cultura do descaso com os investimentos em saneamento;
- Fortalecer a governança interna, de modo a coibir práticas ilícitas nas relações contratuais com o poder público;
- Realizar investimentos em gestão de risco, considerando que o setor é parte integrante das atividades essenciais, não podendo ser suspenso ou prejudicado em situações extremas;
- Estabelecer-se em um setor complexo, atuando de maneira flexível, assegurando suas ações quando o contexto torna a operação convencional inviável, como no caso de situações como a pandemia, na qual é preciso, por exemplo, flexibilizar protocolos de corte e fornecimento de água de comunidades mais vulneráveis;
- Fortalecer políticas de comunicação corporativa, para transmitir a dimensão intangível envolvida na prestação de um serviço, que, por uma via fornece o bem essencial à vida, e por outra, assegura a saúde das comunidades e protege o meio ambiente;
- Garantir o uso eficiente da água em todos os setores da empresa, reduzindo os níveis de poluição no solo e nos sistemas hídricos, minimizando o despejo de resíduos químicos e materiais perigosos que impeçam a reciclagem ou reutilização de parte da água.

DESAFIOS

Um deles está no fato de que devemos incentivar a lavagem das mãos com atitude preventiva à COVID-19 para uma população na qual cerca de 35 milhões não têm água encanada.

Não se pode ignorar o contexto atual do saneamento e aguardar as condições ideais para disponibilizar esse recurso para a população, ao mesmo tempo que isso deve ser feito de forma que fique para o futuro e contribua para a universalização desse direito.

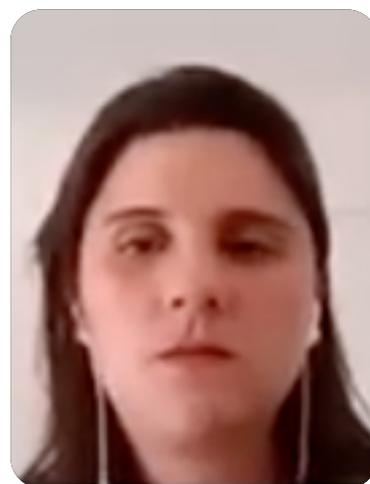
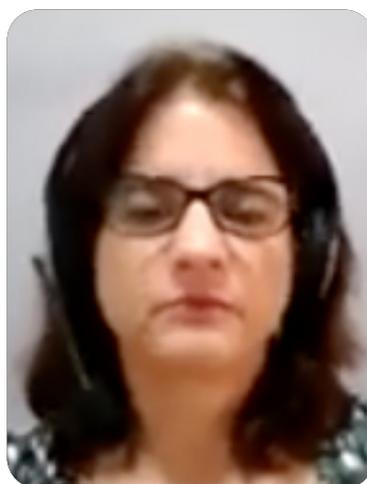
A regularização fundiária aparece como um outro ponto nevrálgico dessa questão: a concessão de serviços de saneamento se confunde com as questões de posse dos terrenos. Em meio à crise do coronavírus, o diálogo entre diferentes atores do setor e a empatia sobre a situação atual é de fundamental importância, ao mesmo tempo em que é um desafio constante.

A participação equilibrada de todas as partes pode contribuir para o sucesso de programas relacionados a gestão da água e do saneamento, proporcionando serviços de qualidade e adequados às necessidades dos usuários.

SOLUÇÕES

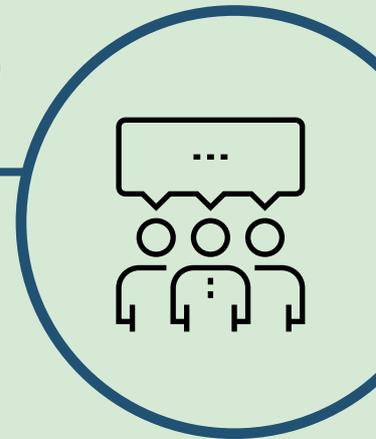
- Articulação entre diferentes atores para o financiamento de ações estruturais de saneamento;
- Promoção de inovação no setor e comunicação sobre a relevância da agenda;
- Fundos sociais de arrecadação para recursos de pessoas físicas e jurídicas, com foco específico na saúde e saneamento;

Em momentos de crise, a filantropia figura como uma válvula de escape para ações emergenciais. Porém, é importante trabalhar para que os esforços tenham continuidade no pós-pandemia.



8

Como as empresas estão enfrentando a pandemia – sondagem online realizada em parceria com a Edelman



ADRIANA FIORANI PENNABEL E NAYELE MACINI

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=SAadr1DCF94&list=PL09iimVzm9SoGOv9VZ3A0hKb32qjF%20mod&index=11&t=0s>

PARTICIPANTES

Ana Julião – Sócia e Gerente Geral
(Edelman do Brasil e da Zeno no Brasil)

Carlo Pereira – Secretário Executivo
(Rede Brasil do Pacto Global)

DESTAQUES

Papel das empresas no enfrentamento da crise;

Reconhecimento da responsabilidade das empresas;

Desalinhamento;

Necessidade de mudança estrutural nas empresas.

PROBLEMA

Para entender melhor a atuação das empresas frente à pandemia da COVID-19, a Rede Brasil do Pacto Global e a Edelman Brasil se uniram para fazer uma sondagem, realizada em abril de 2020, pouco tempo após o início da disseminação do coronavírus no país.

Contou com a participação de 86 empresas, sendo 84% signatárias do Pacto Global. Nesse levantamento, identificou-se que, apesar das empresas reconhecerem seu importante papel frente à crise, há um desalinhamento entre o que acreditam que deve ser realizado, o que a sociedade espera que realizem e o que, de fato, estão fazendo para ajudar no enfrentamento da pandemia.

IMPACTO NOS ODS

Considerando a sondagem realizada, a contribuição das empresas no enfrentamento da pandemia do COVID-19 pode ser relacionada às seguintes ODS:



ODS 1 – Erradicação da Pobreza



ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável



ODS 3 – Saúde e Bem-Estar



ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Econômico



ODS 10 – Redução das Desigualdades

ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima

ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

No caso dos ODS 1, 2, 3 e 10, acabar com a pobreza e a fome, assegurar vida saudável e reduzir desigualdade envolve o reconhecimento da importância da atuação das empresas no cenário pandêmico, especialmente quanto ao cuidado com a saúde e segurança de colaboradores e a promoção de programas externos, como ações educativas e sociais. São mais de 5 milhões de pessoas retornando para a pobreza extrema.

Já o ODS 8 está relacionado à preservação da cadeia de valor e proteção dos empregos. O ODS 13 foi abordado pois eventos climáticos são cada vez mais intensos e frequentes, e o aquecimento da Terra pode trazer mais epidemias e pandemias.

Por fim, o ODS 17 está ligado à importância da atuação conjunta entre empresas e governos na implementação de programas de ação externos.

PAPEL CORPORATIVO

Com a sondagem, identificou-se que 98,5% das empresas analisadas já haviam implementado uma política de home office total ou parcial, e 96% delas já tinham desenhado políticas relativas à realização de reuniões presenciais e/ou viagens. E mais: 60% contavam com políticas de apoio para funcionários infectados ou com suspeita de infecção pelo coronavírus e 90% já estavam promovendo a conscientização sobre medidas preventivas para seus colaboradores.

No entanto, apesar das medidas internas, 91,4% das organizações alegaram não participar de programas externos. Isso mostra que as expectativas da sociedade não foram atendidas, pois 93% dos consumidores brasileiros afirmam que é essencial que as empresas façam tudo o que puderem para proteger o bem-estar e a segurança financeira de seus empregados e fornecedores, mesmo que isso signifique sofrer grandes perdas financeiras até que a pandemia termine. E ainda, 96% deles, esperam que as empresas se juntem ao governo e aos órgãos de socorro para solucionar a crise.

Nesse âmbito, a Rede Brasil do Pacto Global idealizou o COVID Radar, que reúne cerca de 40 organizações de diferentes setores para responder aos desafios da pandemia. Esta iniciativa está dividida em três principais frentes: o Painel, o Conexão e o Saúde. O Painel é liderado pela Serasa

Experience e traz informações da pandemia em tempo real para atender às necessidades de empresas, organizações acadêmicas, mídia e sociedade, já que possui um grande repositório de dados sobre saúde, economia e demografia. É conhecida como a plataforma mais sólida de informações do Brasil e utilizada por diferentes níveis de governo. Possui dados públicos e privados, e a maior base do sistema de saúde do Brasil, trazendo informações de equipamentos hospitalares e profissionais. Além disso, ao possuir 60 milhões de celulares conectados, é possível verificar a mobilidade da doença, para as devidas tomadas de decisões.

O Conexão é um marketplace organizado pela Atos junto à empresa Ponte, voltada ao investimento social-privado - por trás dela há um coletivo de organizações que fazem a curadoria dos projetos que vão para a plataforma. Desse modo, empresas que querem fazer doações e instituições que precisam de ajuda são conectadas.

E o Saúde utiliza coletas diárias de informações sobre os cidadãos em relação a sintomas e monitoramento geolocalizado para estimar a expansão do vírus, utilizando aplicativos como o da Colab.

Neste momento, a colaboração de todos é primordial para conter o avanço da pandemia no país.

DESAFIOS

Maior alinhamento entre o que as empresas acreditam que deve ser realizado no cenário da pandemia, o que a sociedade espera que as empresas realizem e o que, de fato, elas estão fazendo.

Embora reconheçam sua responsabilidade frente aos desafios da crise, as companhias não respondem na velocidade em que a sociedade demanda.

É importante a atuação conjunta entre empresas e governos, mas essa colaboração ainda precisa evoluir.

Já outro desafio está relacionado à preservação da cadeia, apesar de todas as dificuldades ocasionadas pela crise financeira.

O momento é de transição: de uma economia de shareholders para uma de stakeholders, e as empresas devem buscar o maior envolvimento desses públicos de interesse.

SOLUÇÕES

- Em caso de demissões, empresas devem proteger os funcionários e adotar a transparência;
- Estender o cuidado a todos os stakeholders, não somente implementando home office para seus colaboradores;
- Comunicar suas ações, estreitando o relacionamento com o consumidor, aproveitando as plataformas digitais para se posicionar de forma verdadeira, o que evita percepções oportunistas e promove o fortalecimento da reputação.
- Preservar a cadeia, contribuindo para a retomada mais rápida da economia do país, assim como a realização de mudanças estruturais nas organizações;
- Olhar as questões climáticas de forma mais madura e séria, a fim de promover uma retomada verde e mais consistente;
- Estimular atividades colaborativas e o pacto entre diferentes atores que possam ajudar na transformação da sociedade.

9 Reputação das empresas em tempos de COVID-19



LARA BARTOCCI LIBONI,
LUCIANA ORANGES CEZARINO
FLAVIO PINHEIRO MARTINS

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=tFTDR4Ts2wo&list=PL09iimVzm9SoGOv9VZ3A0hKb32qdfFmod&index=12>

PARTICIPANTES

Carlo Pereira – Diretor-executivo (Rede Brasil do Pacto Global)

Eraldo Carneiro - Head de Consultoria em Gestão Estratégica de Reputação e Propósito (InPress Porter Novelli)

Roberta Machado - CEO (InPress Novelli)

Sônia Favaretto - presidente do Conselho Consultivo (GRI Brasil e SDG Pioneer do Pacto Global)

DESTAQUES

84% do valor das empresas está vinculado aos intangíveis e a maior parte refere-se à reputação;

Movimentos de transição de confiança são acelerados pela COVID-19;

85% dos consumidores esperam que as empresas gerem impactos positivos; Mais de 70% das marcas poderiam desaparecer e “ninguém se importaria”; Necessidade das marcas se posicionarem como cidadão corporativo.

PROBLEMA

A reputação é construída em grande parte pela maneira como as empresas são capazes de comunicar os valores que possuem - como no ditado popular, “não basta ser honesto, deve-se parecer também honesto”.

Com a internet, que estimula a divulgação pública de informações - e, conseqüentemente, desses valores - fica cada vez mais arriscado para uma empresa tentar parecer o que não é.

Por seu impacto sistêmico, a pandemia da COVID-19 tornou-se um teste de fogo para valores propagados pelas empresas, principalmente no que se refere ao greenwashing e socialwashing. Por isso, empresas já comprometidas com a Agenda 2030 têm mais recursos reputacionais para passar pela tormenta sem grande perda de valor.

IMPACTO NOS ODS

Sob a lente dos ODS, a reputação empresarial está mapeada entre os ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, representando aspectos como governança, transparência e comunicação associados à gestão organizacional responsável. Além disso, acrescenta mais um elo, referente ao setor de atuação da empresa.

Durante uma crise sanitária, esse universo ganha o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, colocando a saúde coletiva como prioridade. No entanto, muitas empresas se descolam da prática do dia a dia e de suas estratégias empresariais nas ações de Responsabilidade Social Corporativa e focam seus esforços em iniciativas educativas, culturais e de combate à pobreza sob o ponto de vista geográfico.

A crise da COVID-19 tem origem sanitária e isso, por si só, já aponta a grande tendência das ações também estarem relacionadas ao ODS 6 – Água Potável e Saneamento.

A inovação tem sido muito demandada, tanto na linha de frente científica, para o desenvolvimento de vacinas, como nas atividades de suporte, como tecnologias para trabalho e ensino remoto. Seu papel é de extrema importância, na medida que a pandemia é uma situação nova e emergencial e pode ser beneficiada por soluções disruptivas.

PAPEL CORPORATIVO

A frase a seguir, atribuída a Winston Churchill, é muito ventilada em tempos de crise: “Não vamos perder uma boa crise”. Ela já foi utilizada, por exemplo para dar força à prática da gestão responsável no momento pós-crise financeira de 2008.

A maior parte do valor das empresas concentra-se em seus ativos intangíveis – boa parte deles refere-se à reputação. Nesse sentido, a crise é um momento importante que possibilita a potencialização do valor para empresas que já integraram sua estratégia às práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Inclusive, elas podem ser um modelo de inspiração para que outras empresas repensem seu posicionamento perante à sociedade, aproveitando esse período para adotar novos valores.

Existe uma percepção generalizada de que o setor público tem dificuldades para cuidar de questões sociais por si só. Por isso, cada vez mais se transfere o bastão, ainda como uma expectativa, para o setor empresarial. Se não atenderem esses anseios, o risco é que essas companhias tenham seus valores prejudicados: 71% dos consumidores indicam que empresas que colocarem seu lucro acima das pessoas durante a pandemia perderão sua confiança para sempre.

A análise sobre a maneira como as empresas têm se comunicado com seus shareholders e stakeholders durante a crise, indica um certo caminho de posicionamentos:

- I) em um primeiro momento, a atitude é responsiva e urgente: comunicar que seus empregados, fornecedores e clientes estavam seguros;
- II) Uma segunda leitura estratégica permitiu que as empresas comunicassem a assimilação parcial do problema: “vamos continuar atuando, com responsabilidade e segurança”;
- III) O terceiro momento refere-se ao prognóstico: a corporação não só fará parte, mas ajudar a construir.

DESAFIOS

A comunicação das empresas encontra-se oscilando entre o “fazer” e o “ser”. De um lado, o que está sendo feito no momento para proteger os stakeholders e shareholders. E do outro, as perspectivas para o “novo normal”, incluindo os planos de como a empresa está se preparando para fazer parte e também ajudar a construir o novo mundo pós-pandemia.

A tendência reputacional das empresas para 2020 é aquela que vincula as companhias a um propósito mais elevado: as empresas que se entendem com mais agilidade como parte da sociedade e que enxergam o cidadão antes do consumidor são e serão mais lembradas e legitimadas, e terão seu valor elevado.

Antes da pandemia, as organizações já eram sujeitas ao julgamento da sociedade em relação às suas ações. Pesquisas recentes indicam que 85% dos consumidores esperam impactos positivos das empresas em um momento de crise e, ao mesmo tempo, que 77% das marcas poderiam desaparecer e “ninguém se importaria”. Uma combinação das duas constatações representa um grande risco tanto para empresas que permanecem inativas, quanto para aquelas que se aventurarem na comunicação de RSC descolada da prática do dia a dia e da estratégia empresarial.

O foco do desafio é convencer a alta gerência e os stakeholders de que o foco deve ser pivotado do lucro máximo para o propósito. Os principais pontos delicados para a manutenção do RSC estão ligados ao posicionamento empresarial sobre questões como licença remunerada, priorização da saúde e segurança, manutenção dos empregos, relações estáveis entre fornecedores e clientes e a prudência financeira.

SOLUÇÕES

A fórmula reputacional para o momento de crise é

Combater a crise* + Agir como marca cidadã**

* Combater a crise compreende proteger os valores e dar consistência à narrativa empresarial, buscando o fornecimento de informação qualificada e lastreada na realidade, transparência e autenticidade, agilidade na resposta, engajamento e visibilidade da liderança, e engajamento de toda a cadeia produtiva.

** Agir como cidadão corporativo, adotando na prática a premissa “fazer é mais valioso que o falar”, além de demonstrar empatia e solidariedade, comunicar interna e externamente, olhar mais para o cidadão e menos para o consumidor e comunicar-se com a maior gama possível de públicos.

10 Importância da devida diligência em direitos humanos e os desafios durante a epidemia



CAROLINE KRÜGER E NINO RAFAEL MEDEIROS KRÜGER

Link para o webinar https://www.youtube.com/watch?v=zradUI_m4x8&list=PL09iimVzm9SoGOv9VZ3A0hKb32qjFmod&index=14&t=0s

PARTICIPANTES

Gabriela Almeida – Assessora de Direitos Humanos (Rede Brasil do Pacto Global)

Raquel Althoff – Consultora Independente (Löning – Human Rights e Responsible Business) e Especialista em Due Diligence em Direitos Humanos

Markus Löning – Fundador e CEO (Löning – Human Rights e Responsible Business) e Co-fundador e presidente (NPO Finance and Human Rights a.s.b.l.)

DESTAQUES

Diretrizes para as empresas sobre como lidar com os desafios imediatos dos direitos humanos associados à pandemia do COVID-19;

Ferramenta digital como suporte à identificação das práticas existentes e gaps a serem superados em direitos humanos;

Identificação e avaliação de riscos, a fim de priorizar esforços no gerenciamento de impactos potenciais em direitos humanos; Recomendações práticas sobre como fechar gaps e roadmap, desenvolver política de direitos humanos empresarial e código de conduta;

Integração do respeito aos direitos humanos nas operações diárias da empresa.

PROBLEMA

A COVID-19 trouxe um cenário de austeridade social e econômica, com constantes mudanças nas cadeias produtivas e, com isso, riscos para os direitos humanos. Com o homem no centro do contexto dos direitos humanos, as políticas empresariais precisam ser trabalhadas como guardiãs de seus direitos e não das companhias.

Para isso é preciso o engajamento da corporação e de suas áreas, atualizando ou produzindo uma política empresarial comprometida com o respeito aos direitos humanos, identificando os impactos potenciais por meio de pessoas afetadas, assim como implementando medidas de prevenção, mitigação e remediação, além de relatar os resultados com transparência a todos os envolvidos.

IMPACTO NOS ODS

Devido à amplitude do tema, de diligência em direitos humanos e os desafios durante a pandemia, sua relação é direta com a maioria dos ODS e seus reflexos:



ODS 1 - Erradicação da Pobreza;



ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: redução da fome;



ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: mais qualidade de vida;



ODS 4 – Educação de Qualidade: educação inclusiva e oportunidades de aprendizagem;



ODS 5 – Igualdade de Gênero: e empoderamento feminino;



ODS 6 – Água Potável e Saneamento: disponibilidade e gestão sustentável da água;



ODS 7 – Energia Limpa e Acessível: acesso confiável, sustentável, moderno e com preço adequado;



ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: emprego pleno e produtivo e trabalho com condições de qualidade;



ODS 10 – Redução das Desigualdades;



ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;



ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: acesso à justiça e construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.



ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: parceria global para o desenvolvimento sustentável.

PAPEL CORPORATIVO

Diante da necessidade de ações para o enfrentamento à crise decorrente da pandemia da COVID-19, a implementação de diretrizes que assegurem os direitos humanos pelas empresas é fundamental.

Para colaborar com práticas existentes e identificar gaps a serem superados nesta área nas organizações, foi criada uma ferramenta digital que ajuda as empresas a avançar no cumprimento de sua responsabilidade para com os direitos humanos. A ideia é que essa solução possa ser usada tanto por empresas que estão iniciando o processo, quanto por aquelas que já começaram, mas gostariam de saber onde estão os pontos críticos que requerem focar seus esforços.

Para analisar se as práticas da empresa estão de acordo com os princípios norteadores dos direitos humanos, a ferramenta se utiliza de um questionário que agrupa questões em cinco áreas temáticas:

1. Escopo – características gerais da empresa, como atividades, legislações ligadas à sua área de atuação, localidades de operação e de cadeia de suprimento, dentre outros.

2. Política – compromisso da empresa para com os direitos humanos. Essa responsabilização deve ser pública e aprovada pelo nível sênior, tendo a participação de diversas áreas e stakeholders em sua construção. Além disso, deve considerar dois instrumentos norteadores: a Carta Internacional de Direitos Humanos e a Carta da Organização Internacional do Trabalho.

3. Identificação de riscos – especialistas levantarão os impactos potenciais e atuais, considerando de forma abrangente todos os que estão sendo afetados pela empresa. Esse processo deve ser contínuo e revisto, priorizando sempre os elementos cujo risco é mais alto.

4. Medidas – são classificadas em preventiva, mitigatória ou de remediação. Nelas há uma interação dos direitos humanos com as decisões estratégicas da empresa; o endereçamento dos riscos/procedimentos já sistematizados; a definição clara de quem deverá executar cada ação; a alocação de recursos e orçamento para executar as ações previstas. Sua efetividade tem que ser monitorada constantemente, para que seja feito o encaminhamento de ajustes para solucionar o problema.

5. Relatório – a transparência tem sido cada vez uma exigência para as empresas, principalmente por investidores, requerendo desde o Global Reporting Initiative, a integração dos ODS as práticas organizacionais, a descrição de como é a tomada decisória de investimento, além dos desafios e problemas encontrados. Contudo, esse report precisa ser direcionado para todos os que precisam ter acesso a ele.

6. Mecanismos de queixa, reclamação e denúncia – pode haver vários, dependendo do contexto operacional. Eles precisam ser acessíveis, anônimos e adequados a todos que possam estar sendo impactados.

DESAFIOS

Os maiores desafios relacionados aos direitos humanos diante da crise consequente da COVID-19 são:

- Subsidiar trabalhadores não cobertos pelos regimes de seguridade social, que se tornam ainda mais vulneráveis por conta da redução da atividade econômica;
- Cuidar de trabalhadores que enfrentam proteção insuficiente em saúde e segurança, e estão mais expostos diante da pandemia.
- Tomar decisões responsáveis nas organizações com a perspectiva de salvaguardar os direitos humanos;
- Revisar o desligamento de fornecedores e cancelamentos de pedidos;
- Cooperar com outras empresas, governos e comunidades locais em atividades de suporte, educação e informação para enfrentamento da crise;
- Evitar qualquer posicionamento público que induza ao erro;
- Adaptar as linhas de produção, doar suprimentos médicos e disponibilizar sua capacidade logística;
- Transformar este momento desafiador em aprendizado.

SOLUÇÕES

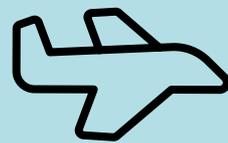
Um guia elaborado com o intuito de prover diretrizes para as empresas sobre como lidar com os desafios imediatos dos direitos humanos associados à pandemia do COVID-19, que passa pelos seguintes pontos:

- Identificar quem pode ser mais afetado pela crise;
- Priorizar a saúde e segurança financeira dos trabalhadores em detrimento dos executivos ou retornos de acionistas;
- Preparar-se para lidar com potenciais casos de discriminação relacionado ao estado de saúde no local de trabalho;
- Incluir comitês de gerenciamento de crises;
- Dar atenção especial aos trabalhadores ao longo da cadeia de suprimentos;
- Apoiar as comunidades localizadas no entorno das operações;
- Posicionar-se publicamente, apoiando ações apropriadas;
- Atuar com transparência;
- Apoiar e fornecer produtos e serviços necessários para enfrentar a crise;
- Aprender e olhar para o futuro.



11

COVID-19 e clima: como a pandemia tem alterado padrões de emissão?



ADRIANA CRISTINA FERREIRA CALDANA
JOÃO HENRIQUE PAULINO PIRES EUSTACHIO

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=yJWB2oEngUY&t=2523s>

PARTICIPANTES

Integrantes do SEEG (*Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima*)

Tasso Azevedo – Coordenador do MapBiomass & SEEG

Felipe Barcellos

Íris Coluna

Ciniro Costa

Ane Alencar

DESTAQUES

A pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas de isolamento social pelas nações têm potencial de gerar impacto sobre a agenda climática*;

Durante a pandemia, no planeta, estima-se que as emissões de gases de efeito estufa (GEE) podem sofrer uma queda de 6% em 2020;

*No Brasil, apesar de alguns setores apresentarem tendência de queda na emissão de GEE, a tendência para o ano de 2020 apresenta um cenário negativo, com estimativa de aumento entre 10% a 20% das emissões em relação ao ano de 2018**.*

*C. Le Quéré et al., "Temporary reduction in daily global CO2 emissions during the COVID-19 forced confinement," *Nat. Clim. Chang.*, vol. 10, no. 7, pp. 647–653, Jul. 2020, doi: 10.1038/s41558-020-0797-x.

** T. Azevedo et al., "Impacto da pandemia de Covid-19 nas emissões de gases de efeito estufa no Brasil," *Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Brasil, Nota Técnica, Mai 2020.*

PROBLEMA

Um dos problemas mais sérios enfrentados pelo planeta, expresso no acordo de Paris, é manter o aumento de temperatura média global abaixo de 2°C. Mesmo assim, quando comparado aos níveis pré-industriais, o ideal seria que as nações fizessem um esforço para que esse limite fique abaixo de 1,5°C.

Os reflexos da pandemia da COVID-19, como o isolamento social e a redução das atividades das indústrias em vários setores da economia podem ter contribuído para reduzir as taxas de emissão de gases de efeito estufa.

O webinar destaca a participação de diversos setores brasileiros na emissão de GEE e tenta explicar o potencial impacto da COVID-19 nas emissões, as tendências para 2020 e o impacto na agenda climática.

IMPACTO NOS ODS

Alguns ODS são impactados direta ou indiretamente a partir do cenário da COVID-19 e das tendências da emissão de gases de efeito estufa:



ODS 7 – Energia Limpa e Acessível: todos os processos de geração e consumo de energia, seja nas residências ou indústrias, podem impactar na emissão de GEE e, conseqüentemente, nos objetivos da agenda climática.



ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: a inovação dos processos produtivos pode gerar formas mais eficientes para a utilização de energia, além de modos de produção mais sustentáveis, preservando os sistemas terrestres.



ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima: questões como o desmatamento, queimadas e o impacto dos sistemas produtivos, bem como o setor energético, estão diretamente

ligados à emissão de GEE e, conseqüentemente, à mudança climática.



ODS 15 – Vida Terrestre: uma vez que o impacto das queimadas e dos desmatamentos na Amazônia e no Cerrado podem comprometer a fauna e a flora, impactando irreversivelmente no equilíbrio ecológico desses biomas.

PAPEL CORPORATIVO

A COVID-19 refletiu de maneira diferente nos mais diversos setores da economia de todo o mundo. A retração econômica, ligada à queda na demanda por alguns produtos e serviços, impactou no processo produtivo das organizações, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, o que pode gerar uma contribuição positiva para a agenda climática.

Neste sentido, um estudo apontou os principais setores que possuem participação direta nas emissões de GEE no Brasil: energia, processos industriais, agropecuária, resíduos e mudança do uso da terra. Dentre eles, de acordo com o levantamento, a agropecuária e mudanças do uso da terra são os mais apontam maior tendência de gerar mais emissões em 2020. Com isso, mais do que nunca, o papel das organizações desses mercados ganha relevância em monitorar e identificar alternativas sobre como reduzir as emissões de GEE e atingir os objetivos da agenda climática.

Outras alternativas também podem ser importantes para a redução das emissões, como uma atitude firme e assertiva dos bancos em não financiarem projetos que tenham qualquer relação com o desmatamento. Outra iniciativa nesse sentido é o reforço do papel do Pacto Global, por meio da Business Ambition 1,5, para envolver todo o setor empresarial para assinar metas de redução de emissões para atendimento dos objetivos do Acordo de Paris.

DESAFIOS

De maneira geral, os cinco setores - energia, processos industriais, agropecuária, resíduos e mudança do uso da terra - possuem grandes desafios em relação à emissão de GEE. Apesar de existir uma tendência de redução da emissão dos gases de efeito estufa devido à pandemia da COVID-19, a sinalização é de que a trajetória continue ascendente para 2020.

Em relação aos setores de energia e processos industriais - que representa cerca de 26% do total de emissões - a pandemia da COVID-19 impacta nas emissões, gerando uma tendência de redução para o período. No setor de resíduos, que envolve as emissões do tratamento ou disposição de resíduos industriais, a estimativa também é de queda.

Já nos setores ligados à agropecuária e à mudança de uso da terra - que compreendem 69% do total de emissões - mesmo com a COVID-19, os sinais mostram aumento das emissões em 2020.

Além destes desafios, a insuficiência de dados em relação a alguns setores, como o industrial, de maneira geral, pode comprometer a análise do real impacto das emissões de GEE nas questões climáticas.

SOLUÇÕES

O Brasil possui um perfil de emissões diferente das demais economias mundiais e isso deve ser considerado para identificar possíveis soluções.

No setor de energia:

- Reduzir a queima de combustíveis fósseis na geração de energia para transportes, indústria e produção de combustíveis. Como alternativa, adoção de energia limpa.

Na atividade industrial:

- Modo de produção mais limpa e eficiente, o que beneficiaria o setor de forma geral e, conseqüentemente, reduziria o nível de emissões;
- Tratamento de resíduos: incentivo para empregar métodos de incineração, tratamento de efluentes líquidos domésticos, industriais e disposição de aterros sanitários legalizados para depósito.

Agropecuária:

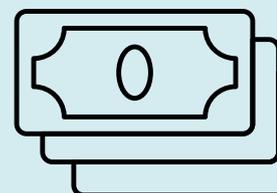
- Maior controle da evolução das fronteiras agrícolas e adoção de melhores práticas no manejo do solo.

Mudança de uso da terra:

- É essencial, por meio do controle de queimadas e desmatamentos, contribuindo para a agenda de enfrentamento das mudanças climáticas.



12 Uma saída verde e inclusiva para a crise econômica do coronavírus



CRISTIANA LARA CUNHA,
PATRÍCIA FERNANDA DIONÍZIO LEITE
FLAVIO HOURNEAUX JUNIOR

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=3X3-thqntaA>

PARTICIPANTES

Cristina Palmaka – Profissional do segmento de TI e CEO (SAP Brasil)

André Clark – Engenheiro químico e CEO (Siemens Energy Brasil)

Ignacio Ybáñez Rubio – Embaixador (União Europeia no Brasil)

Matthew Shirts (mediador) – Jornalista e diretor (World Observatory)

DESTAQUES

Cooperação e parcerias interorganizacionais como base para o desenvolvimento sustentável; Discussão de uma retomada verde e inclusiva pós-pandemia, principalmente por meio de parcerias e do uso da tecnologia; Mudanças climáticas são uma enorme oportunidade para as empresas se posicionarem como atores principais de uma economia verde sustentável (emissão de carbono, consumo de recursos naturais e acesso social às necessidades básicas);

Devido à pandemia da COVID-19, nota-se uma **aceleração das iniciativas**, como é o caso da aceleração digital e da visão sistêmica do atual modelo do capitalismo.

PROBLEMA

A discussão sobre a retomada econômica na pós-pandemia da COVID-19 deve ser inclusiva e verde, privilegiando o uso da tecnologia e a consolidação de parcerias interorganizacionais.

Nesse sentido, a tecnologia já tem um papel fundamental na atual crise pandêmica ao possibilitar a rápida adaptação de grande parte das empresas para modelos de gestão remotos. A expectativa é que ela se torne ainda mais importante no pós-pandemia.

Em relação à consolidação de parcerias, é um fator de extrema relevância, tanto para a retomada verde e inclusiva, quanto para o desenvolvimento sustentável.

IMPACTO NOS ODS

Três ODS foram impactadas pelas propostas e ações discutidas pelos participantes:



ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura



ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima



ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Dentre eles, o mais impactado foi o ODS 17, por conta da necessidade de parcerias e cooperações para o desenvolvimento sustentável, na esfera nacional ou empresarial.

Uma das parcerias mais citadas foi o acordo entre a União Europeia e o Mercosul, o que representaria uma associação estratégica para a busca de cooperação e criação de uma zona de livre comércio, o que traria benefícios econômicos para a

situação de redução da atividade comercial do pós-pandemia.

A retomada do comércio não deve acontecer deixando de lado aspectos como a sustentabilidade, meio ambiente, direitos humanos e direitos do trabalho. É preciso que sejam feitas parcerias com a sociedade, principalmente com as empresas do setor privado.

Os ODS 9 e ODS 13 também são impactados, uma vez que se discute a importância e necessidade do avanço tecnológico, a maturidade da matriz energética brasileira e iniciativas para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

PAPEL CORPORATIVO

Tendo o Brasil como um player importante no desenvolvimento sustentável, diversas ações estão sendo realizadas pelas empresas, assim como programas de parcerias estratégicas internacionais incentivadas pela União Europeia.

Dentre as ações destacam-se as iniciativas para neutralizar toda a emissão de CO₂ de data centers e laboratórios de desenvolvimento, além de auxiliar, por meio da tecnologia, o ciclo de reciclagem de plástico oceânico, incentivando a economia circular de clientes, fornecedores e parceiros ao rastrear a origem do produto até seu descarte.

Outra iniciativa refere-se à oferta mais acessível de saúde de qualidade para a população, em razão de avanços tecnológicos buscados pelas empresas. Os programas mais relevantes apoiados ou desenvolvidos pela União Europeia apresentados na discussão foram a Amazônia Legal, o plano Pró-Brasil, o Pacto Verde, e o programa Low Carbon Business Action. Os dois primeiros são ações do governo brasileiro que buscam incentivar o desenvolvimento econômico e social - ambos são apoiados pela União Europeia, que avalia com bons olhos a busca por um desenvolvimento sustentável e a recuperação econômica no pós-pandemia.

O Pacto Verde e o Low Carbon Business Action são iniciativas da União Europeia em parceria com países membros das Nações Unidas - no caso do primeiro projeto - e especificamente com o Brasil - em relação ao segundo. As duas ações buscam apoiar o desenvolvimento sustentável em dois níveis diferentes.

A primeira quer a mobilização e o apoio das nações nas discussões da Agenda

2030 e nas negociações climáticas - como, por exemplo, no Acordo de Paris. No caso do Brasil, há uma preocupação com os casos de queimadas e desmatamento na região amazônica. Nesse sentido, a posição da União Europeia, assim como dos principais líderes do bloco, é contrária a esse tipo de ocorrência. Por isso, essa temática ainda será discutida na ratificação do acordo União Europeia-Mercosul. Vale lembrar que a relação entre os blocos é de parceria e cooperação, e não de imposição de objetivos pela UE.

Já a segunda iniciativa está relacionada às parcerias com o setor privado empresarial, que tem no desenvolvimento sustentável uma grande oportunidade de ganhos econômicos. Porém, o momento atual ainda pede mais esforços com o governo e incentivo a programas de parcerias com o setor empresarial para promover o desenvolvimento sustentável.

DESAFIOS

O mundo já vem presenciando a necessidade da transformação do comércio sob o ponto de vista sustentável. Isso exige maior resiliência, tanto por questões naturais, ligadas ao aquecimento global, quanto ao lado social, que exige maior responsabilidade por parte das organizações.

Os principais desafios levantados estão relacionados aos seguintes pontos:

- Consolidação de parcerias de forma gradual, com uma análise profunda das situações-problema e levando em consideração o conhecimento local para sua solução;
- Uso de recursos de forma eficiente, algo que continua sendo ainda um desafio persistente do desenvolvimento sustentável.

SOLUÇÕES

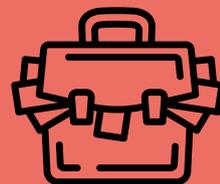
- Consolidação de parcerias e cooperações interorganizacionais, por meio de exemplos de empresas que incentivam o desenvolvimento sustentável;
- Programas e iniciativas locais e globais, com empresas ao redor do mundo;
- Parcerias entre empresas de diferentes portes que tenham o mesmo objetivo de desenvolvimento sustentável;
- Apoio governamental, da sociedade civil e das grandes lideranças;
- Liderança soberana regional para o desenvolvimento;
- Investimentos financeiros verdes, de fundos e de infraestrutura verde.

BIBLIOGRAFIA

- IPEA, Instituto de Pesquisa Aplicada. (2008). *O que é? Amazônia Legal. Desafio do Desenvolvimento*, 5, 44(08/06/2008). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid - Acesso em 14/07/2020.
- Governo Federal. (2020). *Programa Pró-Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/4/programa-pro-brasil-22-abr-versao-imprensa-1.pdf> - Acesso em 14/07/2020.
- Low Carbon Brazil. (2020). *Programa Low Carbon Business Action Brazil*. Disponível em: <http://www.lowcarbonbrazil.com.br/index.php> - Acesso em 10/07/2020.

13

COVID-19 e corrupção: desafios para as empresas e suas áreas de Integridade



ALAN BITTAR PRADO, CRISTIANA LARA CUNHA E BÁRBARA ALEXANDRE LESPINASSI SAMPAIO

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=1YrKA-kcXa4>

PARTICIPANTES

Silvio Dulinsky – Head de Engajamento Comercial da América Latina (Fórum Econômico Mundial)

Ana Carracedo – Chief Risk e Compliance Officer (Votorantim)

Denise Hills – Diretora Global de Sustentabilidade (Natura) e Vice-presidente do Conselho de Administração (Rede Brasil do Pacto Global)

Reynaldo Goto – Chief Compliance Officer (BRF)

Roni Enara - diretora executiva do Observatório Social do Brasil

DESTAQUES

Além de problemas sanitários e econômicos, **a pandemia da COVID-19 trouxe desafios éticos**, que estão sendo enfrentados pelas companhias e pelo setor público;

Como resposta, **a necessidade da cultura de integridade e compliance se intensifica** em meio à crise;

Devido ao cenário de incerteza, **a crise da COVID-19 pede ações governamentais rápidas**, inclusive em relação às compras públicas - o que foi autorizado pela Lei nº 13.979 de 2020 - e acaba abrindo a porta para a ocorrência de graves questões éticas, como a falta de transparência e integridade nas contratações emergenciais;

Do ponto de vista público, **o controle social ganha maior relevância** e se torna a chave para fiscalizar e cobrar das instituições ações incisivas às tentativas de ações oportunistas;

As empresas desempenham funções fundamentais, como a difusão da cultura ética ao longo de sua cadeia de valor e a criação de cenários sinérgicos, como a formação de parcerias para a realização de doações.

PROBLEMA

A pandemia da COVID-19 influencia nas três dimensões que envolve a corrupção: a pressão, a oportunidade e a racionalização, o que gera sérios problemas éticos para o contexto atual.

Com isso, situações como desvios, ineficiências e falta de transparência colocam em xeque a integridade do setor privado.

Um desafio para as grandes empresas é a disseminação da cultura de integridade na relação público-privada, sobretudo quanto às doações realizadas aos municípios em crise e sem cultura de compliance, fator ainda agravado pela dificuldade de controle das doações à distância.

IMPACTO NOS ODS

Dois são os ODS que foram mais impactados:



ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes



ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Em relação ao ODS 16 é necessária a união entre as instituições para a transparência na comunicação na questão das doações feitas aos municípios em crise. Por isso, as empresas privadas precisam tomar para si o compliance, de forma que isso também seja transmitido para a esfera pública.

Já sobre a ODS 17, considerando a longa extensão do Brasil, muitas vezes as doações feitas pelas empresas estão sendo feitas a municípios muito distantes fisicamente de suas sedes. Por isso é fundamental contar com uma rede de parceiros para garantir a integridade e efetividade dessas doações.

PAPEL CORPORATIVO

A pandemia da COVID-19 trouxe desafios de várias naturezas para as companhias, inclusive relacionados à ética empresarial. Com isso, as áreas de compliance de grandes corporações tiveram suas atividades alteradas para se adequar à nova realidade.

Por conta das proporções da crise sanitária e econômica, as grandes corporações, que antes estavam acostumadas a fazer doações e prestar auxílio às associações privadas, agora estão diante do cenário em que o Estado é o grande receptor de bens e serviços doados.

Nesse sentido, a área de compliance das companhias é acionada com uma dupla função: garantir a integridade na relação entre a empresa e os órgãos públicos, e fiscalizar se os recursos privados estão sendo geridos corretamente pelo setor público.

Por isso, ela se torna essencial para a concretização do auxílio corporativo ao setor público, pois oferece segurança à atividade das empresas que estão engajadas no combate à crise da COVID-19.

Entre os pilares do compliance, a transparência ganha destaque, pois serve tanto para reforçar o controle social na relação público-privada como para facilitar a difícil fiscalização de como a administração pública utiliza as doações. Em um cenário de isolamento social e trabalho remoto, lidar com a questão da fiscalização é um desafio ainda maior, que vem sendo endereçado por meio de cadeias de valor entre companhias. Com isso é importante destacar a relevância das cadeias e a atuação em parceria para otimizar as fiscalizações das doações realizadas.

Algumas empresas criaram comitês de crise para fazer a destinação direta de doações para pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com empresas, e adotando práticas para garantir a chegada da doação ao destino certo.

A autonomia e o modelo de governança das companhias trouxeram senso de responsabilidade às pessoas. Prova disso é que os avanços das áreas de compliance das corporações do setor privado e suas práticas refletem na esfera pública, que tem a oportunidade de internacionalizar essas boas práticas e manter relações alinhadas ao interesse da sociedade.

DESAFIOS

De forma geral, os desafios relativos à corrupção durante a pandemia estão na falta de transparência acerca dos processos de doações, dificuldade de controle remoto e ampliação da cultura de compliance na relação público-privada. De forma específica, o desafio é a realização de doações íntegras para a Administração Pública, principalmente para municípios em estado crítico.

Garantir a integridade das doações e que elas sejam destinadas corretamente e utilizadas por aqueles que realmente precisam é um grande desafio, principalmente em razão da extensão geográfica do país e da multiplicidade de legislações estaduais e municipais sobre o tema.

SOLUÇÕES

No âmbito legal, o mercado aguarda uma norma de contratações emergenciais adequada aos padrões de integridade e que, ao mesmo tempo, atenda à velocidade exigida pela crise.

No cenário institucional, parcerias entre os órgãos de controle são essenciais para se estabelecer clareza e segurança sobre como ocorrerá o cumprimento das leis e exigências relacionadas à accountability.

Do ponto de vista social é preciso engajar os cidadãos com as ferramentas de controle social.

Sobre as doações e relacionamento público-privado é relevante que o momento seja como um catalisador de boas práticas e aprendizados, garantindo-se eficiência e ética na relação público-privada.



14 Pandemia, ODS e impactos para o setor empresarial

ADRIANA FIORANI PENABEL E FLAVIO HOURNEAUX JUNIOR

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=nbkqVoL6P94&feature=youtu.be>

PARTICIPANTES

Haroldo Machado – Assessor sênior (PNUD)

Luciana VillaNova – Coordenadora (Plataforma Ação pelos ODS) e Gerente de Sustentabilidade (Natura)

Sergio Andrade – Diretor-Executivo (Agenda Pública) e Representante (Estratégia ODS)

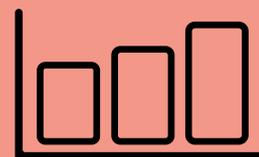
DESTAQUES

Retomada pós-COVID-19;

Redução da desigualdade social;

Mudanças climáticas;

Atuação conjunta dos atores sociais.



PROBLEMA

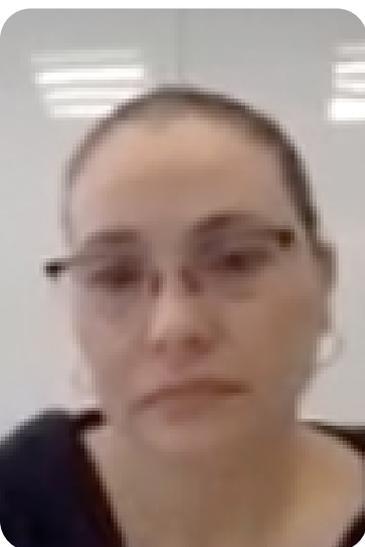
Como conduzir a retomada pós-COVID-19, considerando a Agenda 2030?

IMPACTO NOS ODS

Em 2020, o planeta entrou na chamada “Década de ação dos ODS”. Considerando a Agenda 2030, lançada em 2015, restam agora 10 anos para que todos os países-membro das Nações Unidas cumpram as 169 metas que integram os 17 ODS.

O movimento “Década de ação” foi apresentado por líderes globais com o objetivo de acelerar a disseminação dos ODS no mundo. No cenário atual da pandemia da COVID-19, os impactos para o setor empresarial, no que tange o contexto dos ODS, engloba o ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima e o ODS 10 – Redução das Desigualdades.

De forma indireta, outros ODS relacionados são o ODS 1 – Erradicação da Pobreza e ODS 6 – Água Potável e Saneamento.



PAPEL CORPORATIVO

Por um lado, as grandes empresas desempenham o papel fundamental de assumir os compromissos com a sociedade, compreendendo que a agenda de sustentabilidade pode representar uma importante fonte de inovação para o surgimento de novos negócios.

Por outro lado, as pequenas empresas precisam se organizar, reconhecendo as possibilidades de apoio existentes e abrindo o diálogo com o poder público.

Deve-se entender as necessidades, as questões mais críticas e repensar os negócios. Nesse sentido, a iniciativa privada torna-se crucial e a fase da recuperação deve ser acompanhada pela inovação baseada em evidências.

DESAFIOS

- Como enfrentar a pandemia, considerando o cenário das desigualdades sociais, crise econômica e necessidade de isolamento social?
- Como manter o isolamento em periferias, onde muitas famílias vivem em um cômodo, em situações precárias de saneamento básico e de saúde pública?
- Como incorporar as possíveis mudanças de natureza trabalhista sem aumentar ainda mais as desigualdades sociais?
- Como promover uma retomada empresarial ampla e que considere as diferenças setoriais?

SOLUÇÕES

No curto prazo, empresas devem ficar atentas às ações que contribuem para sua sobrevivência – linhas de crédito, empréstimos, entre outros - bem como a movimentos de solidariedade (exemplos: COVID Radar*, ODS LAB** e Compre do Bairro***) que ajudam na retomada.

O apoio a estados, municípios e a populações mais vulneráveis é mais do que necessário. No médio prazo, com as mudanças na sociedade, no consumo, nas relações trabalhistas e empresariais é crucial reavaliar as ações empresariais diante desse “novo normal”.

Há a necessidade de adaptação, colaboração e ação conjunta, tendo a sustentabilidade como pano de fundo para as estratégias empresariais, estimulando o pensamento coletivo.

O enfoque na agenda ODS deve ser amplamente considerado para a retomada. No âmbito governamental, a discussão deve girar em torno da proteção social, do fortalecimento dos mecanismos de proteção, mecanismos de geração de emprego e renda, e dos cuidados com os aspectos que promovem a mudança climática.

Já no caso da sociedade civil, incluindo empresas do setor privado, é preciso fortalecer a imunidade da sociedade contra o vírus do ódio, além da resiliência, e combater a desinformação, dividindo as responsabilidades, somando forças e multiplicando os esforços.

Há a necessidade de ações coordenadas entre todos os atores para que se busque atingir as propostas dos ODS. A solidariedade entre todos será fundamental.

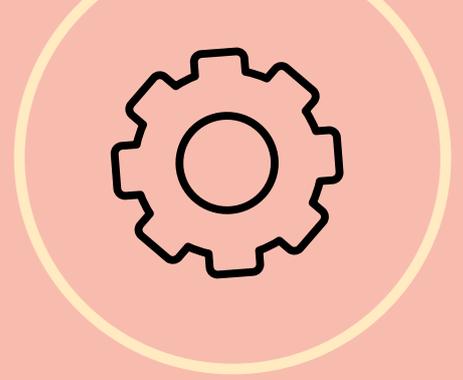
***Coletivo formado por mais de 40 empresas e organizações com o objetivo de coordenar esforços e compartilhar dados para enfrentar os desafios da COVID-19 no país, além de evitar o colapso do sistema de saúde e auxiliar na retomada da economia (<https://www.covidradar.org.br/>).**

**** Ação inovadora e de cooperação entre multifatores para solucionar problemas públicos (<https://www.agendapublica.org.br/wp-content/uploads/2019/02/odslab-portugues-final.pdf>)**

***** Movimento sem fins lucrativos para melhorar a rentabilidade e gestão de pequenos negócios, gerando aumento do fluxo de vendas (<https://www.movimentocompredobairro.com.br/>)**

15

Big push para sustentabilidade: investimentos transformadores para uma economia sustentável no Brasil



PATRÍCIA FERNANDA DIONÍZIO LEITE
FLAVIO HOURNEAUX JUNIOR

Link para o webinar <https://www.youtube.com/watch?v=KZCJ8tjcNj4>

PARTICIPANTES

Carlos Mussi (moderador) – Diretor
(Escritório da CEPAL no Brasil)

Carlo Pereira – Diretor-Executivo (Rede
Brasil do Pacto Global)

Niky Fabiancic – Coordenador-Residente
(Nações Unidas no Brasil)

Christoph Heuser – Representante
(Fundação Friedrich Ebert no Brasil)

Alicia Bárcena – Secretária-Executiva (CEPAL)

Julio Cesar Roma – Pesquisador (Instituto
de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA))

Mauro Oddo Nogueira – Pesquisador
(Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada (IPEA))

Gustavo Fontenele e Silva – Coordenador de Sustentabilidade
e Competitividade (Secretaria Especial de Produtividade,
Emprego e Produtividade do Ministério da Economia)

Camila Gramkow – Oficial de Assuntos Econômicos (CEPAL)

DESTAQUES

**Panorama dos impactos da pandemia de COVID-19 na
América Latina e ações de enfrentamento;**

**Lançamento do repositório de casos* sobre o Big Push para a
Sustentabilidade no Brasil**;**

**Apresentação de 15 casos de transformação em prol do
desenvolvimento sustentável.**

* Disponível em <https://biblioguias.cepal.org/c.php?g=981128&p=7094490>

** Programa de apoio aos países da América Latina para a construção de estilos de desenvolvimento mais sustentáveis, por meio de uma coordenação de políticas que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, geração de emprego e renda, redução de desigualdades e lacunas estruturais, e promoção da sustentabilidade ambiental.

PROBLEMA

No atual cenário da COVID-19, o desenvolvimento sustentável ganhou protagonismo como um meio pelo qual é possível mitigar os impactos gerados pela pandemia.

Na América Latina, prevê-se uma redução de 5,3% do PIB, que, somado à contração econômica, resultaria em um aumento da taxa de desemprego na ordem de 3,4%, alcançando um total de 37,7 milhões de desempregados.

Estima-se ainda que haja um aumento significativo da desigualdade devido à entrada de 28,7 milhões de pessoas na faixa de pobreza. Desse total, aproximadamente 16 milhões estarão na condição de pobreza extrema.

No entanto, acredita-se que por meio do desenvolvimento sustentável é possível mitigar os impactos da pandemia. O Big Push para a Sustentabilidade no Brasil apresenta 66 casos reais de sucesso no desenvolvimento sustentável que podem ser utilizados como modelos para superar a atual crise pandêmica.

IMPACTO NOS ODS

Mediante a apresentação dos 15 casos transformadores para o desenvolvimento sustentável (ver Figura 1) presentes no repositório do Big Push para a Sustentabilidade no Brasil, notou-se que essas iniciativas afetam todos os ODS, com exceção dos ODS 14 - Vida na Água, e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Dentre os atingidos, o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação é o mais impactado, estando presente em 10 das 15 iniciativas. O segundo é o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, seguido do ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, presentes em nove de oito iniciativas, respectivamente.

Os ODS 6 - Água Potável e Saneamento, ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 13 - Ação Contra a Mudança Climática e ODS 15 - Vida Terrestre também constam como alguns dos mais afetados pelas iniciativas.

Em relação aos ODS impactados pelas ações de combate e mitigação da pandemia da COVID-19, entende-se que o ODS mais afetado seja, novamente, o 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

PAPEL CORPORATIVO

Os 15 casos selecionados foram transformadores não apenas pelos resultados alcançados, mas também por apresentarem indicadores quantitativos replicáveis e consideráveis de mensuração de desenvolvimento sustentável. Essa é uma das principais contribuições do Big Push para a Sustentabilidade no Brasil, pois possibilita a mensuração da economia verde no país, em termos de empregos e renda.

Os casos estão divididos em sete categorias estratégicas: infraestrutura; sociobiodiversidade; educação, capacitação e pesquisa; indústria; agropecuária e uso do solo; reciclagem e resíduo; e outros.

A categoria que mais apresenta casos é a de agropecuária e uso do solo, totalizando seis exemplos. Eles trazem uma grande diversidade de ações e estratégias, como a criação de condições para o desenvolvimento social em três comunidades indígenas situadas na Terra Indígena Kanamari do Rio Juruá, sudoeste amazônico (caso 3); criação de assentamentos sustentáveis, contribuindo para a promoção de territórios rurais sustentáveis na Amazônia por meio da agricultura familiar (caso 4); combate à desertificação do sistema Caatinga (caso 8); substituição do método tradicional de derruba-e-queima pelo sistema de corte e trituração na região amazônica (caso 13); adoção de um novo sistema produtivo de erva-mate cultivada na região nordeste do Rio Grande do Sul (caso 14); e ações sustentáveis realizadas pela empresa Suzano Papel e Celulose no âmbito do Programa de Restauração Ambiental.

Em seguida, a categoria de infraestrutura apresenta quatro casos transformadores: a utilização de biomassa para geração de energia elétrica e vapor (caso 1); o Programa Cisterna do governo brasileiro de acesso à água no meio rural (caso 7); o desenvolvimento de tecnologia de saneamento básico rural familiar como alternativa para produção de água de reuso para fins agrícolas no semiárido brasileiro (caso 9); e o desenvolvimento da indústria de energia eólica no Brasil (caso 12).

A terceira categoria com mais casos apresentados é a de indústria, que conta com dois casos. O primeiro aborda o



desenvolvimento de um polietileno verde pela Braskem (caso 10) e, o segundo, traz o exemplo da Companhia Siderúrgica do Pecém (caso 11).

As categorias de sociobiodiversidade, educação, capacitação e pesquisa, e reciclagem e resíduo, retratam cada uma um caso: a relação da empresa de cosméticos Natura S.A. com o desenvolvimento sustentável da região amazônica (caso 5), o estudo sobre o Polo de Goytacazes (PICG) (caso 6); e a construção da Associação de Catadores e Materiais Recicláveis (ACAMAR) na região de Lavras/MG, respectivamente.

DESAFIOS

A crise pandêmica expõe brutalmente as disparidades sociais e as consequências negativas do atual modelo de desenvolvimento, em grande parte, por ser baseado na exploração primária de bens naturais.

Os efeitos da pandemia lançaram luz sobre os problemas estruturais e dos modelos de desenvolvimento dos países. Na América Latina, nota-se que se investiu muito pouco nos sistemas de saúde e de proteção social.

Diante de tantas brechas estruturais, a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável torna-se um desafio para os países. Espera-se que as iniciativas do setor privado - principalmente das empresas, conforme é exemplificado nos casos do Big Push para a Sustentabilidade no Brasil - estimulem os governos a assumirem iguais responsabilidades sobre o desenvolvimento sustentável.

SOLUÇÕES

A pandemia da COVID-19 colocou o mundo em modo de emergência. A Organização das Nações Unidas (ONU) se mobilizou para ajudar a superar a crise sanitária nos países, minimizar o impacto socioeconômico, e promover a recuperação social e economia por meio de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No Brasil, 26 agências, fundos e programas da ONU foram mobilizados para avançar na recuperação da crise. Foram definidos cinco eixos de ação:

- 1) eliminar a pandemia (fortalecimento do sistema de saúde);
- 2) proteção social;
- 3) proteção de empregos;
- 4) estímulos fiscais e financeiros;
- 5) construção de resiliência com base comunitária (colaboração entre pessoas mediante os princípios dos direitos humanos).

Ainda, no Brasil, iniciativas como a do Big Push para a Sustentabilidade trazem novas oportunidades para se discutir sustentabilidade. Inclusive, a temática passa a ser agenda prioritária do Ministério da Economia, que tem o papel de facilitar, ampliar e estimular o ambiente de negócios para o desenvolvimento sustentável.

Casos do Big Push para a Sustentabilidade no Brasil e sua relação com os ODS

- (01) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso78-UnidadedeCogeracaoLages.pdf>
- (02) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso11-AssociacaoDeCatadoresDeMateriais.pdf>
- (03) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso126-AContribuicaodosTukuna.pdf>
- (04) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso10-AssentamentosSustentaveisNaAmazonia.pdf>
- (05) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso115%E2%80%9393CasoNaturaeAmazonia.pdf>
- (06) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso85-PolodeInovacaoCamposdosGoytacazes.pdf>
- (07) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso101-ExperienciaProgramaCisternas.pdf>
- (08) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso52-AumentandoaResilienciaClimaticaeCombateapobrezaRural.pdf>
- (09) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso76-Tecnologiadetratamentodeesgoto.pdf>
- (10) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso6-PolimerosVerdes.pdf>
- (11) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso19-CSPCeara.pdf>
- (12) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso14-PoliticaConteudoLocalIncentivosFinanceirosEnergiaEolica.pdf>
- (13) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso120-ProjetoTipitamba.pdf>
- (14) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso70-SistemaAgroflorestalCambona4.pdf>
- (15) Disponível em <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso99-ProgramadeRestauracaoAmbientalsuzano.pdf>

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O evento sobre a pandemia da COVID-19 é, sem dúvida, um divisor de águas para a sociedade. Por meio da série de webinars, é possível entender que o meio empresarial não só vem sofrendo a influência significativa desse momento, como também pode ser um dos grandes condutores para sair dessa crise, ou ao menos, para reduzir os impactos negativos causados por ela.

Como os ODS se consolidaram como uma das principais diretrizes para a sustentabilidade seguidas pelas organizações, é natural pensar que também eles tenham sido afetados pela atual situação e seus desdobramentos futuros.

De acordo com o relatado pelos participantes dos webinars, de forma geral percebe-se uma relação muito significativa entre os ODS, sendo que algumas metas precisam ser repensadas e que podem chegar a nem mesmo serem atingidas por conta da crise da COVID-19.

Governos, empresas e sociedade civil terão que ajustar princípios e modos de produção e consumo, para que os problemas gerados pela crise atual, assim como os já anteriormente destacados pela agenda dos ODS sejam enfrentados.

Diante de uma das crises sanitárias mais graves que o mundo já viveu, tratar de modo sistêmico toda a Agenda 2030 pode auxiliar na prevenção de novas crises semelhantes, pois os desequilíbrios resultantes da ação humana podem ser considerados gatilhos de vários problemas vivenciados durante a pandemia.

A crise evidenciou ainda mais as desigualdades econômicas, trazendo à tona a necessidade de pensar novas soluções. A ideia de uma renda mínima universal que já estava sendo assunto em várias discussões em torno de temáticas sobre tecnologia e o futuro do trabalho virou realidade em vários países para garantir condições mínimas de sobrevivência para a população.

Devido à necessidade de repensar valores e modos de existir no mundo, as ODS ganham ainda mais importância, assim como a necessidade de um entendimento profundo sobre cada uma delas.

A emergência climática ainda continua sendo o maior e mais duro desafio no qual a humanidade terá que lidar nos próximos anos. Pensar soluções que enfrentem os diversos geradores das mudanças climáticas também poderá sanar desafios ligados às desigualdades, à saúde e ao bem-estar de todos.

Os casos de desenvolvimento sustentável apresentados mostram que esse modelo de desenvolvimento econômico é o que melhor apresenta alternativas de resolução dos graves problemas contemporâneos.

Espera-se que o modo de emergência no qual o mundo todo foi colocado no ano de 2020 seja um disparador de mudanças mais profundas e duradouras que busquem equilíbrio entre todos os sistemas que garantem a vida no planeta.



Rede Brasil